



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP  
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA - UNAGEO  
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

**ADRIANA SILVA SOUZA**

**REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS – PB: ARTE, FATO OU  
ARTEFATO?**

**CAJAZEIRAS – PB**

**2018**

**ADRIANA SILVA SOUZA**

**REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS – PB: ARTE, FATO OU  
ARTEFATO?**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Cajazeiras-PB, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

**Orientador:** Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos

**CAJAZEIRAS – PB**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S729r Souza, Adriana Silva.

Região metropolitana de Cajazeiras- PB: arte, fato ou artefato? / Adriana Silva  
Souza. - Cajazeiras, 2018.

63f. : il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos.

Monografia (Licenciatura em Geografia) UFCG/CFP, 2018.

1. Metrópole. 2. Urbaniza o. 3. Regiões metropolitanas instituídas. I.  
Vasconcelos, Santiago Andrade. II. Universidade Federal de Campina Grande. III.  
Centro de Forma o de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU- 711.432

ADRIANA SILVA SOUZA

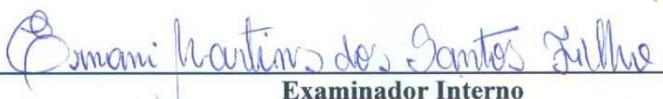
REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS-PB: ARTE, FATO OU  
ARTEFATO?

Monografia apresentada ao Curso de  
Licenciatura em Geografia da Universidade  
Federal de Campina Grande, campus  
Cajazeiras-PB, como requisito parcial para  
obtenção do título de Licenciada em  
Geografia.

Aprovado (a) em: 18/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos (Orientador)  
UNAGEO/CFP/UFCG

  
\_\_\_\_\_  
Examinador Interno  
Prof. Dr. Ernani Marins dos Santos Filho  
UAETCS/CFP/UFCG

  
\_\_\_\_\_  
Examinadora Interna  
Profa. Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves  
UNAGEO/CFP/UFCG

A todos que torcem por mim, pela dedicação,  
paciência, companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Ao Ser Superior, que é a essência comum e regente de todas as coisas visíveis e invisíveis. A minha mãe que a sua maneira sempre me fez seguir. As minhas madrinhas, minha tia Helena, meus irmãos José Mateus, Rafael Ramon (*in memorian*), meu pai (*in memorian*) e a todos familiares que de algum modo contribuíram. As amigas que tantas vezes mesmo longe estiveram perto Jaqueline Alves de Almeida e Suênia Saraiva. A Sr. Tico pelas e vindas nos anos de 2013, 2014 com brigas e risadas.

A Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Formação de Professores – Câmpus de Cajazeiras, ao Departamento e à Coordenação do Curso de Geografia, todos os professores do Curso de Geografia da UFCG, em especial, a professora Dra. Ivanalda Dantas Nóbrega Di Lorenzo, pelo espaço cedido para a construção desse trabalho e a professora Dra. Cícera Cecília Esmeraldo Alves, que contribuiu para um melhor aprofundamento na perspectiva a nas posturas exigidas pelo ser docente com uma sutileza singular, diante de termos dois anos juntas pelo Programa da Monitoria e pelo Laboratório de Prática de Ensino em Geografia (LAPEG), e ao professor Dr. Josias de Castro Galvão pela oportunidade em integrar o projeto do Núcleo de Desenvolvimento Territorial do Alto Sertão (NEDET).

A Residência Universitária por esses três anos vividos intensamente e algumas pessoas especiais que estiveram junto de mim, Alwsca Layane, Maria Luana, Isla Maria, Anglidmogean, Maísa, Mateus Vieria, Ailmo Xavier (*in memorian*), Izalfran, Guilherme, Geíza, Tatiane. E ao Setor de Assistência Estudantil nas pessoas de Sueli Albano e a Graziele Ferreira, e Jannine Diniz por sua passagem rápida, mas que fez (faz) muita diferença na minha vida e em meu ser.

Ao Restaurante Universitário (RU) e todos os funcionários que o fazem, nas pessoas da Professora Me. Belijane, Ayane, Aldenir, Nega, Linda, Luiz, Edson, sintam-se todos representados. Em especial a professora Belijane pela oportunidade em integrar a equipe de professores do Projeto do Pré – Vestibular Solidário (PVS) no ano de 2017.

A todos os funcionários da UFCG, que fazem esse campus gerir, os que compõem os setores da Biblioteca em especial a Suzana a quem tanta solicitei na procura de livros, vigilantes, Geraldo no LAPEG, Jucileide, Dona Linda, Sílvia, Dona Neném, aos motoristas da UFCG, pela atenção e presteza e atendimento sempre que foi preciso. Aos funcionários que se tornaram amigos Jorge Robério e Délio Jackson.

Ao meu Orientador Professor Dr. Santiago Andrade Vasconcelos pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação e pela oportunidade em participar do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (2015-2016).

Aos componentes da banca, Profa. Cícera Cecília e Prof. Ernani Martins.

Ao entrevistado e atual prefeito do município de Cajazeiras – PB, o Sr. José Aldemir Meireles de Almeida.

Enfim a todos aqueles que estiveram comigo ao longo dessa jornada e ainda aqueles que por meio da geografia pude conviver e conhecer.

Extrema Gratidão!

“Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para  
todo o propósito debaixo do céu”.  
(Eclesiastes 3:1)

SOUZA, Adriana Silva. **Região metropolitana de Cajazeiras: arte, fato ou artefato?** Monografia (Graduação). UFCG. CFP. UNAGEO. Curso de Licenciatura em Geografia. Campus I. Cajazeiras-PB. 2018

## RESUMO

O Processo de urbanização no Brasil teve forte aceleração a partir da década de 1950, em virtude principalmente do desenvolvimento da industrialização no país. Diante de tal fato, objetivamos, com esta pesquisa, entender as reais motivações e qual ou quais critérios foram utilizados para essa institucionalização. Partimos assim, de um levantamento bibliográfico e em seguida, procedemos com a realização de uma entrevista semiestruturada. Uma das consequências dessa urbanização, foi o processo de metropolização, este por sua vez, começou a ser instituído na década de 1970, em pleno regime militar, foram instauradas nove regiões metropolitanas, essas eram espaços estratégicos para a geopolítica nacional. Com a redemocratização do país e a nova Constituição Federal de 1988, a união delegou aos estados federados o direito de instituir novas regiões metropolitanas, sem a definição de quaisquer critérios que pudessem balizar tais proposições. Diante da ausência desses critérios, muitos estados criaram e/ou institucionalizaram regiões metropolitanas que não possuíam características relacionadas ao fato metropolitano. Dentre essas encontra-se a Paraíba, localizada na região Nordeste, possui um total de doze regiões metropolitanas instituídas sob lei complementar, entre essas e o alvo dessa pesquisa, está a Região Metropolitana de Cajazeiras. Localizada no Alto Sertão Paraibano, a mesma apresenta uma total ausência de aspectos metropolitanos de acordo com dados quantitativos para deslocamentos de primeira ordem e a realidade sócio-espacial. A partir do banco de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obtivemos a conclusão de que as motivações para a institucionalização e os critérios adotados não possuem consonância nem com a literatura sobre o assunto e nem com a legislação vigente.

**PALAVRAS CHAVE:** Região, metropolização, institucionalização.

SOUZA, Adriana Silva. **Região metropolitana de Cajazeiras: arte, fato ou artefato?** Monografia (Graduação). UFCG. CFP. UNAGEO. Curso de Licenciatura em Geografia. Campus I. Cajazeiras-PB. 2018.

#### **ABSTRACT**

The process of urbanization in Brazil had a strong acceleration since the 1950s, mainly due to the development of industrialization in the country. Faced with this fact, we aim, with this research, to understand the real motivations and which criteria were used for this institutionalization. We start from a bibliographical survey and then proceed with a semi-structured interview. One of the consequences of this urbanization, it was the process of metropolization, which in turn began to be established in the 1970s, under the military regime, nine metropolitan areas were established, these were strategic spaces for national geopolitics. With the re-democratization of the country and the new Federal Constitution of 1988, the union delegated to the federal states the right to establish new metropolitan regions, without defining any criteria that could be used to establish such proposals. Faced with the absence of these criteria, many states created and / or institutionalized metropolitan areas that did not have characteristics related to the metropolitan fact. Among these are the Paraíba, located in the Northeast, it has a total of twelve metropolitan regions instituted under a complementary law, among these and the target of this research, is the Metropolitan Region of Cajazeiras. Located in Alto Sertão Paraibano, it presents a total absence of metropolitan aspects according to quantitative data for first order displacements and the socio-spatial reality. From the database of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) we have obtained the conclusion that the motivations for institutionalization and the adopted criteria do not have consonance neither with the literature on the subject nor with the current legislation.

**KEY-WORDS:** Region, metropolization, institutionalization

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 01:</b> Regiões Metropolitanas da Paraíba .....	41
<b>MAPA 02:</b> Localização da Região Metropolitana de Cajazeiras no Estado da Paraíba.....	42

## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1:</b> População Total, Urbana e Rural da Região Metropolitana de Cajazeiras .....	43
--	----

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2. REGIÃO ENQUANTO CONCEITO FUNDAMENTAL NA GEOGRAFIA</b>	17
2.1 Região: Geografia clássica .....	17
2.2 Região: Da nova geografia a geografia crítica.....	21
2.3 Região: Na realidade urbana .....	26
2.4 As regionalizações no espaço brasileiro a partir do século XX e suas diversas finalidades .....	30
<b>3. METRÓPOLES E AS REGIÕES METROPOLITANAS</b> .....	34
3.1 Metrôpoles e regiões metropolitanas no mundo .....	34
3.2 Criação das regiões metropolitanas no Brasil .....	39
<b>4. REGIÕES METROPOLITANAS FATO OU ARTEFATO PARA ENTENDER MOS AS MOTIVAÇÕES DA CRIAÇÃO DA REGIÃO METROPLITANA DE CAJAZEIRAS – PB</b> .....	42
4.1 Breve caracterização da região metropolitana de Cajazeiras – PB.....	42
4.2 Região Metropolitana de Cajazeiras: arte, fato ou artefato?.....	46
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	51
<b>6. REFERÊNCIAS</b> .....	54
<b>APÊNDICE A</b> – Entrevista o com Prefeito de Cajazeiras – PB .....	57
<b>APÊNDICE B</b> – Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento .....	63

## 1. INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil teve forte aceleração a partir da década de 1950, em virtude principalmente do processo de industrialização no país, segundo Santos (2001, p. 31) entre 1940 e 1980, houve uma inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Como consequência da urbanização veio o processo de metropolização. Assim percebemos muitas regiões metropolitanas que correspondem aos critérios teóricos e sócios espaciais, já outras nem tanto.

Entretanto, com a redemocratização do país e a nova Constituição Federal, passou a ser direito dos estados federados a criação de regiões metropolitanas, sem a definição de quaisquer critérios que servissem como norteadores em tais proposituras. O que resultou em criações que em nada apresentam o fato metropolitano, enquanto há outras realidades no país que podem ser reconhecidas como tal. Com a criação do Estatuto da Metrópole em janeiro de 2015, o cenário mencionado anteriormente acabou sendo estagnado, não havia nenhuma menção de invalidar junto à união e/ou aos governos estaduais as proposituras que não atendiam os critérios mínimos de reconhecimento da realidade metropolitana.

Logo, fica evidente o total descaso com que é tratada a realidade urbana no Brasil, cabendo a nós tentarmos contribuir para que isto mude e que a urbanização no país seja vista como um fato relevante e importante, tendo em vista que grande parte da população nacional encontra-se em áreas metropolitanas, necessitando assim, de definições e ordenamentos dessas áreas de modo prático, não se reduzindo apenas a criar instrumentos que permaneçam no papel.

Fizemos uma caracterização da Região Metropolitana de Cajazeiras, em que vimos seus totais populacionais, um pouco da funcionalidade de sua economia, dos deslocamentos diários, principais origens e destinos. Todos esses elementos de acordo com a norma legal, que foi instituída após a criação desta região metropolitana, devem ser analisados. Tendo em vista, que anteriormente a vigência da legislação já havia muitos estudos que abordavam a temática e definiam critérios que caracterizam as regiões metropolitanas no Brasil e no mundo.

Diante do exposto e corroborando com a legislação e com os critérios teórico-metodológicos, percebemos que Cajazeiras está distante de possuir uma realidade espacial metropolitana. Assim, partindo da análise dos dados e de estudos acerca de características e critérios que evidenciam e comprovam uma prática metropolitana,

ficamos instigados a conhecer as reais motivações de criação da Região Metropolitana de Cajazeiras.

Partindo da teoria sobre o conceito de região dentro da ciência geográfica, compreendemos que até os dias atuais esta é tomada como meio para a ação política, como forma de se ter e/ou exercer controle sobre determinada área. Entretanto o processo de regionalização, que examinamos é recente no Brasil, tendo em vista que as primeiras regiões metropolitanas foram criadas a pouco mais de quarenta anos. Enquanto o país se encontrava sob o regime militar, em que este possuía grande interesse e necessidade de manter o controle e a ordem daquelas áreas estratégicas para a geopolítica nacional.

Após a Constituição Federal de 1988, com o direito deliberado aos estados federados de instituir ou criar novas regiões metropolitanas, muitos desses estados replicaram o texto da Carta Magna sem definir critérios para a proposição de novas regiões metropolitanas, apenas dois desses estados impuseram essas definições, entre aqueles que não impuseram encontra-se a Paraíba.

O estado da Paraíba, conta com doze regiões metropolitanas instituídas sobre lei complementar na Assembleia Legislativa Estadual, dentre elas encontra-se a região metropolitana de Cajazeiras, localizada no alto sertão paraibano, formada por 15 municípios, contando com uma população total aproximada de 175 mil habitantes (IBGE, 2018).

Para a realização deste estudo, executamos um levantamento bibliográfico através de livros, artigos, revistas, recenseamentos, censos e legislação pertinente as regiões metropolitanas. Em que nos fundamentamos em autores como: Santos (1996, 2013), Blumenfeld (1972), Firkowski (2011, 2012, 2013), Corrêa (1990), Souza (2007, 2013), Gomes (2007), George (1980).

Pensando nesse estudo bibliográfico, Oliveira (2008) aponta que o principal objetivo de uma investigação bibliográfica é possibilitar o (a) pesquisador (a) ter contato direto com trabalhos (livros, artigos, relatórios), leis que tratem do tema escolhido. Sendo de grande importância que o pesquisador depois de fazer a escolha de objeto de pesquisa, tenha a certeza de que as fontes a serem utilizadas, possuam reconhecimento científico. Após ter a certeza desse reconhecimento, realizamos uma entrevista semiestruturada, com a finalidade de obter informações sobre a propositura da Região Metropolitana de Cajazeiras, bem como os critérios utilizados para a mesma. A entrevista foi realizada com o atual prefeito da cidade de Cajazeiras, o Sr. José Aldemir Meirelles de Almeida, ex-

deputado estadual e proponente da lei complementar que institui essa região metropolitana.

A entrevista por sua vez, foi muito útil para o trabalho, pois possibilitou a construção de uma base de informações e conhecimentos sobre o estudo realizado. De maneira a somar, para uma maior clareza, domínio e confiança sobre a autenticidade dos materiais usados.

Após a delimitação desses objetivos e a realização de tudo o que foi proposto, este trabalho se organiza em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo intitula-se **“Região: Enquanto conceito fundamental na Geografia”** trata acerca do conceito de região na Geografia clássica, posteriormente o mesmo conceito é tratado da Nova Geografia a Geografia Crítica, em seguida abordamos o conceito dentro da realidade urbana e por fim fazemos um levantamento das principais regionalizações do espaço brasileiro a partir do século XX e suas finalidades.

**“Metrópoles e as regiões metropolitanas”** é o título do segundo capítulo, nele abordamos os conceitos e caracterizações de metrópoles e regiões metropolitanas, bem como as criações das regiões metropolitanas no Brasil.

E por fim, o terceiro capítulo, **“Regiões metropolitanas arte, fato ou artefato para entendermos as motivações da criação da região metropolitana de Cajazeiras – PB”** nesse último trecho caracterizamos a região metropolitana de Cajazeiras – PB e discutimos acerca da sua institucionalização enquanto arte, fato ou artefato.

## **2. REGIÃO: ENQUANTO CONCEITO FUNDAMENTAL NA GEOGRAFIA**

A importância do conceito de região dentro da ciência geográfica se faz notável em virtude de sua forte presença desde sua concepção enquanto ciência. Conceito este que por vezes foi confundido com o próprio objeto desta, que é o estudo das relações do homem com o meio, logo no espaço geográfico.

Assim, ao longo da construção do conhecimento geográfico surgiram diversas correntes de pensamento, cada qual tratava a região de acordo com seus propósitos. Como também houve/ há quem defenda a extinção e perda de sentido da região dentro do contexto atual para a geografia.

De acordo com Gomes (1995, p.52) o conceito de região esteve atrelado a aspectos físicos como clima, relevo, bacias hidrográficas, cursos d'água e montanhas; já em outros momentos aparece vinculado a questões mais humanas como formação populacional, cultura e hábitos. Assim, a região é uma área que apresenta mais semelhanças internas que diferenças. Em virtude de apresentar estas pode relacionar-se estreitamente as projeções no espaço das noções de autonomia, soberania, direito.

Atualmente, no período da globalização, apesar do aumento da conectividade e fluidez entre diferentes partes do planeta, a região enquanto um recorte zonal ainda continua em evidência, estimulando debates e pesquisas, como também fazendo surgir demandas para o seu reconhecimento ou traçado dos seus limites na realidade empírica.

Adiante trataremos o conceito de região nas principais correntes de pensamento geográfico, de modo a nos aprofundarmos nos processos de regionalizações, especialmente de regiões metropolitanas.

### **2.1 Região: Geografia clássica**

A ciência geográfica possui diversas correntes de pensamento, e cada uma tem seu próprio modo de análise sobre um mesmo conceito, categoria. Deste modo, estamos a discorrer acerca do conceito de região. No percurso das discussões históricas sobre o conceito de região, vieram a surgir diferentes interpretações e formulações, que se perpetuam.

Cotidianamente percebemos que no senso comum a região é bastante utilizada como referência à localização, extensão, unidade administrativa, sendo uma maneira de

se manter uma hierarquia e um controle sobre uma dada porção do espaço, podendo ser esse poder econômico, político, cultural e/ou também administrativo.

Já nas ciências gerais o conceito de região é utilizado como associação de localização de certo domínio, logo, domínio de uma dada propriedade matemática, domínio de uma única espécie, de um afloramento, ou ainda de domínios de relações específicas como na biogeografia, que tem como inspiração a ecologia, em que a Terra é dividida de acordo com o clima, fauna, flora em muitas regiões (GOMES, 1995, p. 54).

Assim na geografia clássica temos uma tríade que forma a base deste conceito nesta ciência. Primeiramente temos a corrente determinista que defende que o homem é determinado, condicionado pelo meio. Já o possibilismo afirma que o homem é capaz de mudar o meio e adaptá-lo a suas necessidades. E o método regional, que defendia a existência de um método de análise único para a ciência geográfica.

O conceito de região na corrente de pensamento geográfico conhecida como determinismo ambiental foi trabalhado como região natural, esta compreendida como uma porção da superfície da Terra, com dimensões de escalas territoriais diversas, mas com características individuais que resultavam da associação em área de elementos da natureza como o clima, a vegetação, o relevo, a geologia etc. Assim, a região natural é um ecossistema onde seus elementos encontram-se integrados e são interagentes (CORRÊA, 1990, p. 24).

Portanto, para o determinismo ambiental a noção de integração em área de elementos diversos é de grande importância para o conceito de região, tendo em vista que este é um paradigma desta corrente geográfica. No entanto, se considerarmos as regiões naturais como áreas em que há papel determinante da natureza sobre o homem, estas seriam um ponto de partida, e não de chegada, ou coroamento, no quadro territorial que abarca o conhecimento sobre as diferentes áreas da superfície da Terra. Assim, as regiões naturais possibilitariam a compreensão das relações homem/natureza, sob o aspecto econômico, em cada um dos períodos da cultura (DRYER, 1915 *apud* CORRÊA, 1990, p.25). Sendo a natureza considerada o principal elemento de identificação deste conceito.

No entanto, para a corrente do pensamento geográfico possibilismo o conceito de região é apreendido de modo diverso. A princípio, para os deterministas é a partir da natureza que se pode distinguir as diferentes regiões naturais. Já para os possibilistas o principal fator é o humano, sendo, portanto, uma região geográfica, que muito difere da região natural. De acordo com Gomes (1995, p. 56), partindo de uma visão “possibilista” percebemos as regiões como unidades básicas do saber geográfico, não como unidades

morfológicas, constituídas fisicamente de modo precoce, mas formadas a partir do trabalho humano em determinado meio. Portanto, muito mais como construção humana, do que natural.

O possibilismo dá relevância à evolução das relações entre o homem e a natureza no decorrer da história, de modo que se muda de uma ação adaptativa para uma ação modeladora, em que o homem por meio de sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida próprio em cada parte da superfície terrestre (CORRÊA, 1990).

Assim, a região geográfica contemplaria uma paisagem e sua extensão territorial, em que aspectos humanos e naturais estariam conectados de maneira harmônica. Corrêa (1990) diz que para Vidal de la Blache teríamos um equilíbrio, resultante de um processo de evolução, maturação da região, onde obras humanas fixaram-se, com forte permanência e foram incorporadas sem contraversões ao aspecto final da ação humana sobre a natureza.

Assim, na região geográfica dos possibilistas era importante que houvesse uma combinação específica da diversidade, de modo a conferi peculiaridade aquela região (CORRÊA, 1990). Logo, a região foi compreendida nesta corrente como uma entidade acabada, concluída, com uma imposição de um único modo de pensar a divisão da superfície da Terra, assim esquecendo as diferenças espaciais dos elementos.

O método regional é outra corrente do pensamento geográfico que se opunha ao determinismo ambiental. Conforme Corrêa (1990) a preocupação consistia na diferenciação de áreas não a partir das relações entre o homem e a natureza, mas da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície terrestre. Por sua vez contribuiu no distanciamento de qualquer dualidade entre generalizações e particularidades dentro desta ciência, como afirma Hettner (n. d.) *apud* Gomes (1995, p. 59): “não havia dicotomia entre uma geografia geral e uma particular, visto que a região seria o objeto que resguardaria o campo mais sistemático do perigo objetivista”.

Há autores numa perspectiva do método regional que trata a região como dado concreto, evidente em que cabe ao geógrafo descrevê-la, tendo em vista que “a região é um produto mental, um modo de ver o espaço que coloca em evidência os fundamentos da organização diferenciada do espaço” (HARTSHORNE, 1939 *apud* GOMES, 1995, p. 60). Sendo assim, podemos perceber que a região em um dado momento é uma área em que os aspectos naturais são os mais importantes e identificadores, em outro é um palco de acontecimentos e expressões sociais.

Segundo Hartshorne (1939) *apud* Corrêa (1990) a região não passa de uma área que mostra a sua unidade, que é resultado de uma integração de natureza única de fenômenos heterogêneos. Desta maneira, podemos compreender que por meio do conceito de região, a geografia garantiria um objeto próprio, um método específico e uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e aceitos em suas diferenças locais.

Deste modo, podemos perceber que desde o princípio o conceito de região esteve rodeado de controvérsias e perspectivas muito distintas de análise e percepção, ora se defendia aspectos físicos de uma área, ora mais características humanas, ora a junção e influência de ambos, contudo, percebe-se que as cidades não eram motivo de preocupação nas discussões sobre região. Na verdade, nessa fase da geografia, os estudos sobre o urbano e a cidade ainda eram marginais, sem grandes destaques, a notoriedade dada aos trabalhos focados na cidade e desta no contexto regional não obtiveram grande relevo. Contudo, vale salientar que o período que compreende as duas grandes guerras mundiais (1914-1945) registra a afirmação da geografia urbana (VASCONCELOS, 2012, p. 106). Mas, ainda segundo o autor, em suas considerações finais,

De fato, apesar dos avanços, é importante lembrar que os geógrafos desse período estavam mais voltados para a elaboração das monografias regionais, muitas resultando em teses de doutorado, do que aos estudos urbanos. Por outro lado, eles davam preferência ao estudo das questões rurais e agrárias, onde conceitos como os de paisagem ou de gênero de vida podiam ser mais bem aplicados, do que ao estudo das cidades ou das consequências do desenvolvimento industrial (VASCONCELOS, 2012, p. 579).

Assim, fica evidente que apesar de os estudos urbanos e sobre a cidade já aparecer na Geografia Clássica do período entre Guerras, estes ainda são tímidos se comparados a produção geográfica da época. Questões sobre as grandes cidades e, notadamente, sobre metrópoles e/ou regiões metropolitanas não mereciam maior atenção, muito embora grandes cidades e o fato metropolitano já fosse realidade em algumas partes do mundo.

## **2.2 Região: Da nova geografia a geografia crítica**

Diferentemente do conceito de região empregado por Vidal de la Blache, na Nova Geografia, outra corrente da geografia surgida no pós-Segunda Guerra Mundial, este não é considerado um conceito pronto e acabado, mas uma criação intelectual orientada por

objetivos específicos. Assim, os fenômenos eram percebidos estaticamente ou em movimento, logo, em um sentido de padrão espacial.

A Nova Geografia tem seu fundamento no positivismo lógico, e detêm sua própria definição de região, que se encontra em oposição ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Deste modo é definida a partir do conjunto de lugares, em que as diferenças internas entre esses lugares são menores que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares (CORRÊA, 1990).

A Nova Geografia também ficou conhecida como Geografia Teorética ou Quantitativa emergindo numa conjuntura posterior a Segunda Guerra Mundial, em que países europeus participantes da guerra se recuperavam economicamente, possibilitando a expansão de grandes corporações. Aqui região é considerada um caso particular de classificação, como realizado nas ciências naturais (CORRÊA, 1990).

No momento de crise da Geografia Clássica foi necessária à separação do usual, sendo a região agora tratada de maneira científica em que se fez um trabalho de aprimoramento de sentido, significado e critérios de classificação. A partir de então regionalizar passou a ser o exercício de dividir o espaço, de acordo com diferentes critérios devidamente explicitados (GRIGG(n/d) *apud* GOMES, 1995).

Surgiram então depois destes novos critérios dois tipos de regiões: as homogêneas e as funcionais (polarizadas). De acordo com Gomes (1995, p.63) as primeiras possuíam verdades estruturadas no espaço, com ações mensuradas, assim se tornavam áreas mais ou menos homogêneas. Já as funcionais não eram percebidas de maneira uniforme, mas sim através da multiplicidade, em que relações internas do espaço o tornavam único.

Essa coerência regional era fruto das relações firmadas entre as partes e o todo, o que acabava provocando certo grau de polarização regional, que detinha a cidade como coração desta dinâmica regional, já que nela se concentravam as funções regionais. O resultado desta polarização no centro urbano se manifesta na ordem econômica de modo geral, e na indústria de modo particular (ORTEGA, 2000, p. 458).

A integração do núcleo urbano com seu entorno pode ser percebida por meio dos vínculos de ordem social, administrativo e cultural. A cidade passa a ser considerada como uma estrutura do espaço funcional urbano ou regional, com uma área organizada, coerente e hierárquica, assim como também, enquanto estrutura territorial, com componentes físicos, econômicos, sociais, integrados em uma malha ou sistemas de relações e dependências de caráter funcional (ORTEGA, 2000, p. 459).

Haesbaert (2010) reforça a ideia de que a região pode ser trabalhada considerando duas abordagens diferentes, uma mais precisa em que o pesquisador teria papel central, sobre as variáveis a serem pesquisadas, bem como os objetivos pretendidos; e a outra seria mais empírica, em que os processos espaciais seriam essenciais.

No entanto Perroux (n/d) *apud* SOUZA (2013) acrescenta uma terceira região, deste modo, teríamos a região homogênea que se distingue das áreas circunvizinhas, a região funcional polarizada por determinado centro de acordo com a estrutura da hierarquia urbana, e a região-programa que comportaria um plano de desenvolvimento regional, estas noções floresceram no apogeu da nova geografia.

É nítida a importância do conceito de região dentro da geografia, sendo mesmo considerado como elemento diferenciador das demais ciências (naturais e sociais), e objeto de estudo de muitos geógrafos. Assim, “o ponto de vista da geografia, procura na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais, sendo a particularidade que identifica e diferencia a geografia das demais ciências” (GOMES, 1995, p. 59).

Em síntese, percebe-se que a cidade passa a ser encarada com maior relevo na geografia Teórica Quantitativa, sobretudo nos estudos regionais. Vasconcelos (2012, p. 212) diz que “o pós-guerra é o período de difusão da geografia urbana. Geógrafos de todos os continentes vão escrever sobre cidades”. Acrescentando que “as principais cidades brasileiras também serão estudadas e alguns desses trabalhos se tornarão clássicos na nossa geografia”. Ainda conforme apanhado do autor supracitado, ganha evidência os estudos sobre o papel da cidade na região, das cidades enquanto nó polarizador regional e das grandes cidades, as metrópoles, e suas áreas metropolitanas.

As discussões internas à geografia persistiram durante as décadas de 1970 e 1980. A Nova Geografia e os paradigmas tradicionais são criticados duramente por uma geografia que floresceu em meio a novas circunstâncias marcadas pela transição do capitalismo técnico-financeiro para o informacional. Esta é a Geografia Crítica, que tem como base significativa o materialismo histórico e a dialética marxista, considerando o tema região como clássico no pensamento geográfico, e o retomando numa tentativa de conceituá-lo de acordo com a dialética (CORRÊA, 1990).

A geografia crítica também conhecida como radical afirmava ser muito empírica as definições de Vidal de la Blache e da nova geografia sobre a região. Deste modo, foi considerada a de Vidal como um “conceito-obstáculo”, impossibilitando outras fragmentações da superfície. Já as classificações ou classes de áreas propostas pela nova

geografia pode se tornar um trabalho que exija muita meticulosidade acadêmica (CORRÊA, 1990).

A região assim percebida leva em consideração a lei de desenvolvimento desigual e combinado e promove uma inserção na divisão nacional e internacional do trabalho, assim como das forças de produção distintas. Ambos os aspectos fazem surgir em cada região uma problemática específica. Provocando disputas entre as elites regionais, e entre essas e o capital externo, em que os grupos regionais resistem na manutenção das características e/ou hábitos, que consideram como elemento identificador, enquanto os capitalistas tentam através da compra de fábricas, indústrias, extingui aquelas peculiaridades. Desta maneira, a geografia crítica considera a região como uma entidade concreta, resultante de múltiplas determinações, que surge através da efetivação dos mecanismos de regionalização sobre um quadro territorial, ocupado antecipadamente por uma natureza transformada.

Portanto, assemelhando em muitos aspectos ao conceito vidaliano, sendo mesmo considerado igual em seus limites, mas, muito diversa conceitualmente, esta não é harmônica, nem única, mas sim, particular, sendo uma parte de um todo, que se processa por meio de uma articulação que é concomitantemente funcional e espacial (CORRÊA, 1990).

Nos anos de 1970 muitas críticas foram tecidas questionando o caráter ideológico numa perspectiva neoclássica, em que os excessos que uma teoria pioneira detém são excluídos, fazendo-se uma atualização as necessidades contemporâneas para que suas contribuições possam ser mais efetivas, tendo em vista, que o conceito de região do modo como estava sendo utilizado acentuava o desenvolvimento espacial desigual, de maneira que suas regionalizações estavam sendo baseadas nos critérios de rentabilidade e mercado. E assim, terminaria por tornar natural, através destas regionalizações, as consequências do processo capitalista que vivenciamos, promovendo a negação da luta das classes sociais por seus lugares no espaço (GOMES, 1990).

Diante destes fatos a corrente radical da geografia veio a argumenta que a diferenciação do espaço deveria seguir uma perspectiva que considerasse a divisão internacional do trabalho e o processo de acumulação de capital, que é o que distingue os trabalhadores dos donos dos meios de produção (MASSEY n/d, *apud* GOMES, 1995). Posto que, assim desenvolvendo-se provocaria a ocultação das reais contradições das classes exploradas. Assim, a geografia radical concorda que a região classificava o espaço de acordo com diferentes critérios.

De acordo com esta mesma perspectiva surge também à noção de região como “[...] totalidade sócio-espacial, portanto, no processo de produção de vida, as sociedades produzem seus espaços de forma determinada e ao mesmo tempo são determinadas por ele, segundo os mesmos ideais da dialética” (GOMES, 1995, p. 66). Deste modo a região seria a síntese concreta e histórica desta instância espacial nos processos sociais, produto e meio de produção e reprodução de toda a vida social.

Sendo a região uma porção do espaço terrestre, qualquer que seja o modo pelo qual foi analisada e/ou a atribuição que lhe foi conferida, é de toda forma um fenômeno geográfico. Desse modo cabendo ao geógrafo defini-la, explicá-la, delimitá-la. Havendo sempre novas formulações, tendo em vista que a ciência esta em constante mutação, e surgiu cotidianamente novos questionamentos (KAYSER, 1980).

De maneira simples juntando os conceitos admissíveis e exemplos concretos, de acordo com Kayser (1980, p. 282) a região pode ser definida como:

Uma região é, sobre a terra, um espaço preciso, mas não é imutável, inscrito em um quadro natural determinado, e que responde a três características essenciais: os laços existentes entre seus habitantes, sua organização em torno de um centro dotado de certa autonomia, e sua integração funcional em uma economia global. Ele é o resultado de uma associação de fatores ativos e passivos de intensidades variáveis, cuja dinâmica própria está na origem dos equilíbrios internos e da projeção espacial.

Assim a geografia crítica entende o conceito de região como uma área em que o homem é produto e produtor simultaneamente, sendo até mesmo muito influenciado por fatos que se processam em locais distantes, já que há uma interligação firmada (voluntária ou não). Desta maneira se diferenciando bastante do entendimento da geografia humanística, também conhecida como geografia da percepção e/ou do espaço vivido.

Até então, discutimos acerca do conceito de região em que o homem é influenciado, bem como é influenciador do meio que vive, estando este em permanente processo de alteração, quer seja por fatores naturais, históricos, políticos, sociais e/ou culturais. No entanto é chegado o momento em que a região é tida como lugar de pertencimento, de identidade, de percepção em que os vínculos imateriais são os mais considerados e explorados.

De acordo Freyre (n/d) *apud* Souza (2013, 18) “uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vital e culturalmente é quase sempre mais do que uma nação”. Podemos desse modo, enxergar a região corroborando com o autor supracitado

como um fato mais ligado ao vivido, do que ao físico, ultrapassando até mesmo os limites de um país como o Brasil.

As regiões para além do vivido podem ser criadas e recriadas, podendo mesmo ser manipuladas e/ou influenciadas por interesses e projetos de poder de elites regionais e por planos de governo central quer para fortalecimento de regiões em um dado momento, quer para enfraquecimento de regiões e fortalecimento do poder central (SOUZA, 2013).

A região também é percebida como um produto real da consciência das sociedades, sendo vista por meio de um emaranhado de significações, portanto, a região definiria um código social comum que possui uma base territorial. Porquanto para entender a região é necessário vivê-la (GOMES, 1995).

O aspecto humano é muito relevante quando estamos a considerar uma região tendo em vista, que esse pode ser simultaneamente criador e entrave de seu desenvolvimento. Segundo Kayser (1980, p. 296) “o apego do homem ao pedaço de terra ou à cidade que o viu crescer, a solidariedade real que ele tem com seus conterrâneos constituem forças estabilizadoras do quadro regional”. Além dos fatores internos e externos, como o dos legisladores internos e externos à região de validar seu qualitativo, sendo desse modo, uma criação do homem.

Por fim podemos notar que o conceito de região desde o princípio esteve atrelado a questionamentos diversos, até mesmo opostos, chegando mesmo a ser considerada extinta ou com importância diminuta dentro da ciência geográfica, no entanto, nos fica visível o significado deste conceito para afirmação desta ciência, tendo por diversos períodos papel primordial, o qual permanece nos nossos dias.

Sendo agora chamada de região urbana, está com características muito distantes daquelas dos primórdios de seu estabelecimento enquanto conceito, que ora estava vinculado a aspectos naturais, ora a fatores econômicos. No momento faz menção, as extensas periferias das metrópoles e grandes cidades dos países pobres, caracterizando a urbanização como realmente se apresenta difusa (SEABRA, 2011, p. 61).

Então estamos diante de uma perspectiva de trabalhar a região e o regional, agora preconizando aspectos diferentes e até mesmo porque não dizer, inteiramente novos de anteriores. Nem natureza, nem economia, mas o fato urbano, novas arranjos, com concentrações e centralidades dispersas, localizadas em distintas e distantes partes da cidade e /ou da metrópole.

### 2.3 Região: Na realidade urbana

A região era considerada como uma área em que se pudesse exercer ação e controle sobre o lugar, os povos. Para isso, teria de levar em consideração os conceitos de região natural, região geográfica, e ser percebida a partir de uma atribuição de relevância, quer seja da cidade que exerce influência em determinada região, quer sobre uma produção agrícola de grande interesse econômico.

Estando a região intimamente ligada à cidade, diante da perspectiva que aquela sempre esteve associada a ações de controle, domínio e poder, assemelhando-se a está que “[...] sempre esteve identificada com formas do exercício de poder”. Assim, foram na antiguidade desde as primeiras formações urbanas, as vilas, assim o é hoje nas pequenas, médias, grandes ou metrópoles (SEABRA, 2011, p. 65).

Em alguns momentos os debates em torno da região ficaram divididos entre uma que tinha a ciência do geral e a ciência do singular. A primeira tinha a noção de que o fenômeno era o elemento essencial da categoria. E a segunda era tida como uma realidade autoevidente, fisicamente construída, em que seus limites eram permanentes e definiam uma referência fixa, em que era percebida muito mais por um sentimento de identidade e de pertencimento, do que pela lógica (FREMONT, (n/d), *apud* GOMES, 1995).

A região assim, definida seria de acordo com Gomes (1995) subdividida: a primeira resultaria de uma divisão do espaço que é em princípio dependente das mesmas variáveis rotineiramente, sendo deste modo, uma divisão de um sistema espacial classificatório, uniforme e hierárquico; a segunda seria fruto de concepções de produtos relativos, com aplicações de critérios particulares que trabalham internamente na explicação daqueles que as propõem, fazendo com que tenha um caráter demonstrativo na comprovação do domínio de certas variáveis no interior de determinados fenômenos.

Já na cidade como também na região é possível percebermos a presença simultânea do universal e do singular, pois ao nos atermos a sua formação histórica e suas etapas de desenvolvimento, encontramos particularidades da formação da sociedade de modo generalizado, e formas mais especializadas, particularizadas, segregadas (SEABRA, 2011, p. 58).

Desta maneira seria a região um conceito que retoma a reflexão sobre a política com uma base territorial, e coloca em xeque comunidades com interesses em determinadas áreas, fazendo assim, uma discussão entre os limites da autonomia face ao

poder central (GOMES, 1990). Em que interesses de minorias são desprezados, em prol dos anseios de uma elite e/ou determinada bancada política.

Logo, teria o conceito de região de ser tratado como um conceito obstáculo, em virtude de não ser este um fato que se definisse isoladamente, mas, através de muitas etapas pertinentes e persistentes em diferentes escalas que em muito contribuem para a formação de estruturas e dinâmicas regionais (SOUZA, 2013).

O(s) centro(s) quer seja econômico, político, turístico pode existir sem que, no entanto, exerça determinado grau de polarização que é a grande marca da região (um núcleo com uma interlândia), fato que se consolida por meio das vias de comunicação (rodovias, ferrovias, hidrovias). O que se processa em muitos centros é uma ausência de uma rede que funcione de modo efetivo. De maneira, a possibilitar uma integração entre os diversos centros e seus arredores, assim, viabilizando a existência da região.

Poderíamos então falar de cidade-região, que se mostra como um novo arranjo territorial que se forma a partir da manifestação socioespacial do capitalismo contemporâneo, e se pronuncia como paradigma para pensar a uma nova escala de processos e relações sociais. Diferindo da metrópole que é percebida como uma exposição urbana de manifestação socioespacial da globalização (LENCIONI, 2006, p.71).

Modificando a relevância do centro que era possibilita o desenvolvimento da cidade, tornando está um polo de desenvolvimento este, pode ter um grande crescimento interno, sem, no entanto, ter destaque para ser um polo regional. Tendo em vista que para isso é necessário uma integração considerável dos meios de transportes, bem como uma pluralidade de serviços (comércio, saúde, educação, bancos, etc.), que seja atrativa para diferentes públicos que almejam atender suas necessidades, quer sejam estas imediatas ou duradouras.

A presença de uma rede de transportes que funcione de maneira efetiva também, se faz necessária para a existência da cidade-região, pois como afirma Lencioni (2006, p.73) “[...] as condições de transportes, na medida em que a possibilidade de deslocamento cotidiano das pessoas, entre o trabalho e a moradia, é que lhe confere um sentido de conjunto e de unidade”. Portanto é através dos transportes que se dão os fluxos diários de pessoas, para trabalho e estudo, integrando as partes ao todo.

A organização ou desorganização dos serviços administrativos, também é característica preponderante num processo de formação de uma região, e porque não dizer numa cidade-região. Haja vista que a administração é uma instância de poder, controle e comando, se esse for centralizado de maneira desarmônica e sem uma estrutura de

transportes eficazes muito provavelmente o Estado, perde muito capital e produtividade, em virtude de um processo burocrático lento, provocando desestímulo na formação de parcerias entre indústrias (pública – privada).

Muitos são os elementos e métodos de análise de uma região, e modos de interpretação, muitos economistas se debruçaram sobre o estudo da região avaliando muitos índices, suas considerações são importantes para a geografia contemporânea. Entretanto, é a geografia que se empenha na busca de todas as movimentações sobre um índice como, por exemplo, o do desemprego. O estudo das regiões em um plano internacional precisa de muita cautela na consideração de disparidades (KAYSER, 1980).

Pois, uma região subdesenvolvida no país europeu certamente em muito difere da de um país subdesenvolvido. Os termos devem ser examinados de modo prudente, logo, mesmo uma região com um desenvolvimento pouco expressivo em um país como a França possui uma infraestrutura superior, a encontrada em um país subdesenvolvido como o Brasil. A primeira possui uma rede viária de qualidade, que garante uma circulação de fluxos e mercadorias de modo harmônico, espaços adequados para o estabelecimento de empresas, mão de obra qualificada, a segunda, entretanto, pode até possuir o espaço necessário para o estabelecimento das indústrias, já a infraestrutura adequada provavelmente não. Aquela vem de um passado distante de investimentos para o desenvolvimento, esta, todavia, está a procura destes.

O conceito de região desde primórdios tem sido um conceito de muitas controvérsias e discussões, em muitas partes do mundo. Assim, corroborando com Santos (1996, p.45) quando afirma que “durante um longo período muitos a estudaram isoladamente no mundo como um todo. Viam-na como uma entidade autônoma, com aspectos particulares, o que equivalia a dividir o mundo em uma infinidade de regiões autossuficientes, mantendo poucas relações entre si”.

Assim compreender o conceito de região não se trata de uma tarefa fácil e simplória, mas sim, de um exercício arduo, que exige muita meticulosidade. Desta maneira, para “compreender uma região passa pelo entendimento do funcionamento da economia ao nível mundial e seu rebatimento no território de um país, com a intermediação do Estado, das demais instituições e do conjunto de agentes da economia, a começar pelos atores hegemônicos” (SANTOS, 1996, p. 46).

Podemos partilhar desse mesmo pensamento para a compreensão da cidade-região que se afirma como um novo fato urbano gerado a partir do processo de metropolização que concomitantemente regionaliza o espaço. O que provoca certa unidade entre a

metropolização e a regionalização espacial. Tendo em vista que quando o processo de metropolização produz a cidade-região, está formando também um processo de regionalização (LENCIONI, 2006, p. 74).

Assim, temos uma região metropolitana que muito difere daquela formada a partir dos processos de industrialização e urbanização que caracterizaram boa parte do século XX. A cidade-região é muito diferente daquela, que apresentava um centro polarizador, com uma estrutura hierárquica definida. Esta apresenta múltiplas centralidades que com centros comerciais que se multiplicam pelos eixos de maior circulação viária, logo, não apresenta uma rígida estrutura hierárquica (LENCIONI, 2006, P. 73).

Para tanto percebemos que “estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas etc., com seus mais distintos níveis de interação e contradição” (SANTOS, 1996, p. 46). Por conseguinte, torna-se um trabalho cansativo e passível de muitos erros e interpretações inusitadas, sendo mesmo consideradas totalmente equivocadas.

Se analisar, definir e delimitar uma dada região é um trabalho que requer uma série de estudos, estes do todo e das partes, todos os processos que envolvem um e outro, os entrelaçamentos, os fatores, que influenciam este ou aquele aspecto, como o social reage e/ou influência um acontecimento. Porquanto regionalizar uma área se apresenta como uma ação muito mais custosa. Já que para Santos (1996, p.48) “num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e consequências do fenômeno”.

Logo, deve haver uma escala regional própria, com limites entre o local e o nacional. Para Souza (2013, p. 146) é possível muitas vezes identificar “a região com um nível ou escala geográfica específica: aquela intermediária entre a escala “local” (especialmente a da cidade ou município) e a “nacional”. As regiões metropolitanas, que são agregados de municípios, que oferecem uma primeira complicação: seriam elas, por seu porte demográfico e principalmente, por sua extensão em área, entidades espaciais “locais” ou intermediárias”.

Então percebemos que a região ao longo da construção e afirmação da geografia como ciência tem sofrido inúmeros significados e indagações, no entanto, permanece como umas categorias e conceitos mais discutidos e questionados no interior desta ciência

e em outras que procura na utilização deste conceito uma orientação para conseguir os resultados pretendidos.

#### **2.4 As regionalizações do espaço brasileiro: A partir do século XX e suas diversas finalidades**

Vivemos em um tempo que muitas regionalizações emergem, são elas tanto de cunho científico, didático, de gestão para um planejamento territorial e/ou regional, etc., estas feitas a partir de informações de origem social, política, econômica, cultural, científica, isto é, a depender do intuito do pesquisador ou instituição.

De acordo com Haesbaert (2010, p. 23) quando afirma que “regionalizar é sempre um ato de poder, podendo este ser poder político, econômico, administrativo, social e cultural”. Faz-se necessário compreender que as regionalizações vão muito além das proposituras políticas, tendo em vista que são muitos os aspectos a ser analisados.

Podemos afirmar que a base que fornecem condições para a existência e fluidez das relações globais, é a região. Sendo ela o suporte destas relações, sem à qual muito provavelmente estas não se mantêm, tendo em vista que as mesmas, não teriam originalidade, já que são provenientes do fato regional (SANTOS, 1996).

No caso particular do Brasil, a primeira regionalização oficial foi feita a partir de uma série de excursões realizadas por estudiosos que integravam o Conselho Nacional de Estatística (CNE) e o Conselho Nacional de Geografia (CNG), por meio daquelas viagens, estes pesquisadores possuíam os fundamentos práticos das diferenciações existentes entre as diversas regiões do país. De modo que em 1930 foi proposta a divisão do país em zonas fisiográficas (IBGE, 2017).

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se originou por meio de uma aliança entre o CNE e o CNG em 29 de maio de 1936. O principal objetivo dos estudiosos que compunham o IBGE era formar uma rede estruturada por todo o território nacional articulada, de maneira a permitir a existência de representações estaduais, possibilitando debates acerca de conceitos, métodos e critérios científicos de grande importância para um conhecimento apurado da sociedade e de todos os territórios nacionais.

As três principais regionalizações adotadas no Brasil durante o século XX foram propostas pelo IBGE, de modo que as características observadas para estas, respeitaram os limites políticos – administrativos existentes entre as unidades federativas. Estes que

em alguns estados do país sofreram modificações no decorrer daquele século, com a criação de novas unidades federativas.

Assim, aproveitando a corroboração de Contel (2016), as três principais regionalizações se deram em: 1942, 1970 e 1990, através do próprio IBGE e de normas federais. Neste período de 1942 estava em alta a destruição do Estado oligárquico, para que pudesse vir à tona uma verdade institucional com muitos emaranhados. Sendo as políticas territoriais vistas como prioridades, através de ações de aparelhamento do estado.

Já no século XXI, mais precisamente em 2017 definiu-se uma nova maneira de regionalizar o país, diante das mudanças ocorridas na dinâmica econômica mundial, e no Brasil, em virtude de sua participação na mesma, perante a sua diversidade e das transformações ocorridas. O IBGE com o apoio de sua Rede de Agências e Unidades Estaduais, e também das Secretarias e/ou Institutos de Planejamento das Unidades da Federação, decidiu por regionalizar o país em regiões imediatas e intermediárias.

Diante da grande disparidade na composição das unidades federativas se percebeu a necessidade de se fazer alguns ajustes. As Regiões Geográficas Imediatas possuem seu foco na rede urbana. Essas regiões foram estruturas através de centros urbanos próximos que atendem às necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, e do Ministério do Trabalho e de serviços, judiciários, entre outros (IBGE, 2017, p. 19).

Já as Regiões Geográficas Intermediárias correspondem uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. Antes, optou-se pela delimitação das Regiões Geográficas Intermediárias com a inclusão de Metrôpoles ou Capitais Regionais. No entanto, na ausência de Metrôpoles ou Capitais Regionais, foram usados os centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das Regiões Geográficas Imediatas que compuseram as suas respectivas Regiões Geográficas Intermediárias (IBGE, 2017, p. 19).

No entanto, há outra regionalização no território nacional, que é a das regiões metropolitanas. Seu marco inicial foi em 1973 em plena ditadura militar, ocasião em que a União criou nove regiões metropolitanas. De acordo com Souza (2007) essas áreas eram vistas como espaços estratégicos para geopolítica nacional, tendo em vista, a necessidade do governo de manter a ordem e o controle sob da nação.

Assim o quadro se manteve até 1988 com a instituição da nova Constituição Federal, que delegou aos estados federados o direito de criar e instituir novas regiões metropolitanas. No entanto, sem a definição de quais critérios deveriam ser utilizadas para a definição do que viria a ser uma região metropolitana, ocasionou uma diversidade de criações de regiões metropolitanas, com as mais diversas características e dimensões quantitativas e qualitativas, chegando a deturpar o que viria a ser uma região metropolitana.

A quase totalidade das constituições estaduais simplesmente repetiu o texto da Constituição Federal, possibilitando a criação de regiões metropolitanas que não correspondiam a quaisquer critérios teórico-conceituais, nem a realidade social espacial proposta, promovendo assim realidades extremamente divergentes no quadro nacional. Entretanto, em janeiro de 2015 é sancionada a Lei Federal nº 13.089 conhecida como “Estatuto das Metrôpoles”, com critérios para a criação de novas regiões metropolitanas, sem promover a supressão das instituídas.

Esse processo de regionalização em regiões metropolitanas corroborando com Leopoldo (2015) se deu em três etapas: Em um primeiro momento temos a formação de regiões metropolitanas estruturais; seguido por regiões metropolitanas transitórias; e finalmente as regiões metropolitanas formais.

Esse processo de regionalização em regiões metropolitanas possibilita o aparecimento de novas feições, pois, dá chances para que novas dimensões nasçam, a partir das fronteiras das divisões regionais, reestruturando as regiões político-econômicas com as regiões estruturais, tendo assim domínio sobre o território nacional (LEOPOLODO, 2015).

Desta maneira as regiões metropolitanas estruturais que são formadas por: Fortaleza, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Belém, Brasília, Salvador e Porto Alegre, formam as principais áreas de boa parte dos investimentos, negócios e corolários da identidade nacional, sendo mesmo, consideradas como espaços síntese do país (LEOPOLODO, 2015).

Já as regiões metropolitanas transitórias não possuem formas espaciais capazes de as configurarem como regiões metropolitanas, no sentido esperado da qualificação. No entanto, a metrópole detém representação regional e funções metropolitanas, de modo que formam uma rede urbana, entretanto, sem os qualitativos evidentes de uma metrópole e uma região metropolitana.

As regiões metropolitanas formais tiveram suas origens guiadas pela propositura da Constituição Federal de 1988, que passou as unidades da federação o encargo de instituir novas regiões metropolitanas, sem, no entanto, explicitar quais os mecanismos deveriam ser consultados para tais criações.

Diante desta lacuna, surgiram áreas nomeadas de regiões metropolitanas, que passavam muito distante do que vinham a ser uma região metropolitana, tal fato provocou situações de divergência profunda no país. É importante esclarecer a inexistência de um processo evolutivo de que as regiões formais venham a tornam-se transitórias e posteriormente estruturais, tendo em vista que uma área metropolitana não é apenas formal nem estrutural.

### **3. METRÓPOLES E AS REGIÕES METROPOLITANAS**

A metrópole é uma cidade que não apenas pela sua extensão, mas que pelos bens e serviços das diversas áreas que oferece, gera uma área metropolitana que é diretamente influenciada e de certo modo, dependente das facilidades encontradas na metrópole. Assim, como também reflete nas ações do estado e por vezes na própria união.

#### **3.1 Metrôpoles e regiões metropolitanas no mundo**

A metrópole é uma cidade que se diferencia de seu entorno, é tida como referência por vezes dentro do estado, da região, chegando mesmo a se destacar dentro do país e por que não para além de suas fronteiras. Estes fatos se processam em virtude de qualitativos que esta cidade possui, nela é possível encontrar e/ou resolver tudo ou quase tudo, serviços de saúde, educação, jurídicos, sociais, culturais, grandes redes de lojas, hipermercados, shoppings, grandes parques de diversão, museus, etc.

Mas o que é metrópole, não é apenas uma cidade tradicional reformulada, mas sim uma cidade que por meio de um demorado e longo processo de maturação se revolucionou, chegando mesmo a transformação qualitativa de maneira que não é apenas uma cidade comum maior, mas uma nova e diferente forma em que o ser humano habita (BLUMENFELD, 1972).

Segundo Blumenfeld (1972, p. 53) “o termo metrópole já é adotado em muitos idiomas como denominação para os grandes centros urbanos”. Precedente a revolução industrial a grande parcela da população vivia em vilas rurais, e menos de 20% nas cidades. No entanto, com a divisão do trabalho tornou-se necessária uma maior interação e integração entre os trabalhadores, possibilitando a vida nas cidades, tendo em vista a necessidade de intercâmbio entre as diversas especialidades e estabelecimentos, aumentando o trabalho e a produtividade.

O aumento da produção provocava uma expansão em outros setores como um efeito dominó, a exemplo da transferência da mão de obra de trabalhadores do setor primário para o secundário e deste, para o terciário. Esse estímulo a cooperação e a especialização foram à força motriz do processo de emigração do campo para cidade no mundo. Nos países industrializados do século XIX, o avanço do transporte marítimo e ferroviário, assim, como do telégrafo, possibilitou o crescimento das cidades em grandes regiões e o crescimento de sua população (BLUMENFELD, 1972).

No entanto a locomoção dentro da cidade estava restrita a pé ou a cavalo. Deste modo, a comunicação entre uma cidade nos Estados Unidos e uma da China se dava muito mais rápida através do telegrama, do que entre a cidade americana e/ou chinesa e seus arredores, pois esta comunicação era realizada por um mensageiro, que se locomovia a pé ou a cavalo. Não havia elevadores, logo, o crescimento possível era o horizontal. Assim, a cidade crescia ocupando todos os espaços vazios, isto teve por consequência o aumento do preço da terra (BLUMENFELD, 1972).

O processo de transformação teve início no fim do século XIX, com a criação do telefone, do bonde, do metrô e do elevador. O que foi mais impactante para a cidade foi o aparecimento do automóvel e do caminhão. Esses objetos conceberam uma maior mobilidade e comunicação, oportunizando que a cidade se polarizasse e surgisse como metrópole. Portanto, esses instrumentos foram essenciais para o processo de metropolização das cidades (BLUMENFELD, 1972).

Corroborando com Chinitz (1972) que afirma que nos Estados Unidos, bem como em outros países que participaram da revolução industrial, a urbanização teve forte acentuação a partir da segunda metade do século XIX. Urbanização essa que provocava a tradicional expulsão do campo para a cidade, todas as áreas urbanas participam desse processo, no entanto, é nas cidades conhecidas como metrópoles que ele se dá em maior número e do modo mais acentuado.

Esse processo de crescimento das cidades se deu de modo bem distinto no mundo. De acordo com Santos (2013) em 1950 foi possível perceber a acentuação do processo de urbanização brasileira. Conquanto que nos Estados Unidos esse fenômeno se sucedeu um século antes.

O processo migratório é permanente mesmo nos dias de hoje, no entanto de modo diferenciado. A migração não é apenas do campo para a cidade. Mas igualmente ou em maior volume da cidade para seus arredores. A população mundial tem se tornado mais urbana, todavia tem ocorrido simultaneamente um processo de descentralização dentro das cidades. A junção destas novas formas de concentrações humanas produziu o que chamamos de metrópole (BLUMENFELD, 1972).

Para Santos (2013) a urbanização brasileira, teve uma revolução urbana seguida de uma revolução demográfica na década de 1950, com três estágios distintos, uma urbanização aglomerada, seguida de urbanização concentrada e por fim o período da metropolização.

Assim, a partir 1950 percebe-se uma autêntica orientação a aglomeração da população e da urbanização no Brasil. No entanto, com realidades regionais bem díspares. Sendo a importância das aglomerações na população total e na população urbana, consequência de seu passado histórico e do momento presente.

Em um primeiro momento núcleos urbanos com aproximadamente 20 mil habitantes foram consideradas como cidades médias. Todavia, o total populacional vivendo nesses núcleos apresentou um grande aumento entre 1950/1980, de modo que essa população cresceu mais rápido que a população total e urbana do país (SANTOS, 2013).

A concentração populacional nessas aglomerações diferia quanto às regiões do país, o maior percentual estava no sudeste, seguido de maneira tímida pelo nordeste e sul, tendo o centro-oeste e o norte participações com pouca expressão. Já as aglomerações com mais de 100 mil habitantes em 1940, eram apenas dezoito, passando para cento e quarenta e duas em 1980.

De acordo Chitinz (1972) uma região metropolitana nos Estados Unidos se chama área estatística metropolitana padrão, pode ser caracterizada como qualquer distrito com uma cidade central de mais de 50.000 habitantes, que tenha ligação com outros distritos que apresentam semelhanças nos padrões de urbanização e conexões com o centro. Deste modo em 1940 aquele país possuía 140 áreas metropolitanas que concentrava 48% da população total, já em 1963 contava com 216 áreas metropolitanas que abarcava 65% da população. No entanto esse aumento das áreas metropolitanas se dá principalmente em decorrência do crescimento dos subúrbios, tendo em vista que o crescimento do centro teve declínio.

Assim de 1970 em diante esses 100 mil habitantes tornou-se a proporção necessária para o reconhecimento de cidades médias, em grande parte do país. Desse modo, as cidades entre 100 e 200 mil habitantes se depararam com o número multiplicado entre 1940 e 1980, saindo de onze para noventa e cinco. Bem como aquelas com uma população em torno de 200 e 500 mil habitantes, que triplicaram sendo onze em 1960 e trinta e três e 1980 (SANTOS, 2013).

Analogamente as cidades com mais de meio milhão de habitantes eram apenas duas em 1940, sendo catorze em 1980. Esses núcleos correspondiam 7,7% da população brasileira, em 1940, entretanto, passou para 31,5%, em 1980. Estando presentes em dois estados em 1940, e treze em 1980 (SANTOS, 2013).

Ainda de acordo com Santos (2013, p. 83) em 1970, eram nove as cidades com mais de meio milhão de habitantes. Similarmente nesta mesma década a união instituiu nove regiões metropolitanas. Tendo essas em comum: mais de um município, sendo objetos de programas especiais, levados a frente por meio de normas e recursos em grande parte federais. Assim consideradas como, regiões de planejamento.

Diz-se que uma das principais características da metrópole é a facilidade de acesso as suas muitas partes, bem como mudar de emprego sem que haja a necessidade de mudar de casa. Assim, corroborando com Blumenfeld (1972, p. 57) quando afirma que “o maior número de alternativas tanto para os trabalhadores como para os empregadores e consumidores é a essência da metrópole”. Deste modo, há uma grande facilidade de compra dos mais variados bens e serviços. A principal força da metrópole provê da disposição de transportes e serviços especializados de ordem financeira, legal, técnica, jurídica. Sendo, pois, estes serviços que dão solidificação para a base econômica da metrópole.

Diante de todos os dispositivos existentes na metrópole é melhor o estabelecimento de pequenas empresas em seu interior, do que grandes complexos industriais, tendo em vista que estes últimos são mais autônomos em seus processos que aquelas, podendo se estabelecer em áreas mais distantes. É nítido nas metrópoles que os maiores percentuais de ocupação se encontram no setor terciário.

Segundo Blumenfeld (1972, p.58) a metrópole se diferencia da cidade comum devido aos seguintes aspectos:

Ela acumula a função de liderança com a função de prover a maior parte da produção e dos serviços; sua população é até dez vezes maior que a das maiores cidades pré-industriais; com os rápidos transportes modernos, que aumentaram o seu raio aproximadamente de 10 vezes, ela é até cem vezes maior em área do que as maiores cidades antigas; ela não é nem cidade nem campo, e sim um complexo de distritos urbanos e áreas verdes; suas zonas residenciais são separadas dos locais de trabalho; seus trabalhadores têm grande facilidade na escolha de trabalho e ocupação.

Assim, a metrópole se apresenta extremamente atrativa para os consumidores em virtude da grande gama de opções que oferece. Analisando o número populacional antes e depois da Segunda Guerra Mundial, das maiores metrópoles mundiais percebemos, que em muitas situações os números se multiplicaram, pois as cidades que foram destruídas

foram reconstruídas. E mesmo com projetos de governo para evitar seu crescimento permanecem em forte expansão.

Mesmo que com vários autores debatendo a temática dando prioridade ao quantitativo demográfico, também chamam atenção que esse critério não é suficiente para que uma cidade seja considerada metrópole. De acordo com Souza (2007) o que afirma uma cidade como metrópole, são suas características econômico-espaciais, diversificação, sofisticação e centralidade, que é sua representação enquanto mercado, seu mercado potencial, mas também o nível e a distribuição da renda e as características culturais dos consumidores.

Segundo sua definição, metrópole é uma cidade que detém funções, serviços e bens de consumos superiores as de seu entorno, o que produz uma hinterlândia, uma região de influência (SOUZA, 2007, p. 33).

Assim a metrópole deve proporcionar uma grande área de influência e operar, segundo Souza (2007), como um “minissistema urbano” em escala local, já que é o *núcleo metropolitano*. Para evitar oposições, o autor acima citado (p. 32) afirma que núcleos isolados podem e costumam fazer parte das metrópoles. Desde que todos os espaços urbanos estejam fortemente costurados, primordialmente pelo deslocamento de trabalhadores tendo em vista a significância desse movimento, ou seja, o movimento pendular para trabalho.

Há muitas afirmações que a vida nas metrópoles havia dissolvido as relações familiares e os laços de vizinha, entretanto outros estudos apontam que os vínculos familiares se mantêm fortes e, as relações de vizinhança firmes, chegando mesmo a formar organizações comunitárias de bairros, o mesmo ocorre em áreas mais segregadas como as favelas. Os problemas consequentes da grande ocupação são sucumbidos pelo retorno econômico dado pelos serviços que se desenvolvem no centro. È natural estando em uma metrópole à necessidade de percorrer grandes distâncias para se chegar ao trabalho e em casa (BLUMENFELD, 1972).

Assim corroborando com Blumenfeld (1972) o tempo de deslocamento de casa para o trabalho dentro da metrópole seria em torno de uma hora. No entanto, seria uma minoria dos trabalhadores a percorrer essas distâncias tendo em vista que muitos trabalhadores labutam nas adjacências da metrópole e no centro ficaram somente os serviços de alta classe. Tendo em vista que a metrópole teria a seguinte composição: o complexo comercial central; manufatura e indústrias; residências e serviços; as áreas verdes.

Até aqui temos tratado de metrópole e suas diversas partes, no entanto, precisamos falar da região metropolitana considerando Blumenfeld (1972) é preciso diferenciar esta de conurbação e megalópole. A metrópole é regida por um único centro, já as conurbações se originam a partir do encontro de duas ou mais manchas urbanas. Já a megalópole é a superposição de um grande centro sobre o outro e vice-versa. Sendo, pois a região metropolitana orientada por um único centro e separada por grandes áreas de outra região metropolitana. Para uma boa integração do centro da metrópole com toda a sua região metropolitana é imprescindível a existência de meios eficazes de transportes, boa comunicação e espaços de fácil acesso para o lazer, tendo em vista o maior tempo livre da população.

### **3.2 Criação das regiões metropolitanas no Brasil**

A criação e institucionalização legal das Regiões Metropolitanas (RM) no Brasil ocorreu a partir da década de 1970, com a institucionalização de nove: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Esse quadro se manteve até 1988 com a chegada da nova constituição federal.

Essas regiões metropolitanas tiveram seu reconhecimento atrelado ao propósito de “tornar mais racional, sob o ângulo econômico, a prestação dos chamados serviços de interesse comum”. Todavia, também havia objetivos ligados à geopolítica interna, liderada pelos militares que tomaram o comando do país via golpe militar de 1964. Os interesses dos militares implicavam “em intervir mais facilmente nesses que eram os espaços-chave da vida econômica e político-social brasileira, sem precisar eliminar mais ainda a já muito restrita margem de manobra de estados e municípios.” (SOUZA, 2007, p. 35).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 quando a responsabilidade de criação de regiões metropolitanas passou a ser dos estados federados. Entretanto, o que deveria ser uma forma de descentralização na tomada de decisões, planejamento e gestão do território, tornou-se um grande problema, já que o texto da Carta Magna não expôs quaisquer critérios do o que vinha a ser ou não é uma Região Metropolitana.

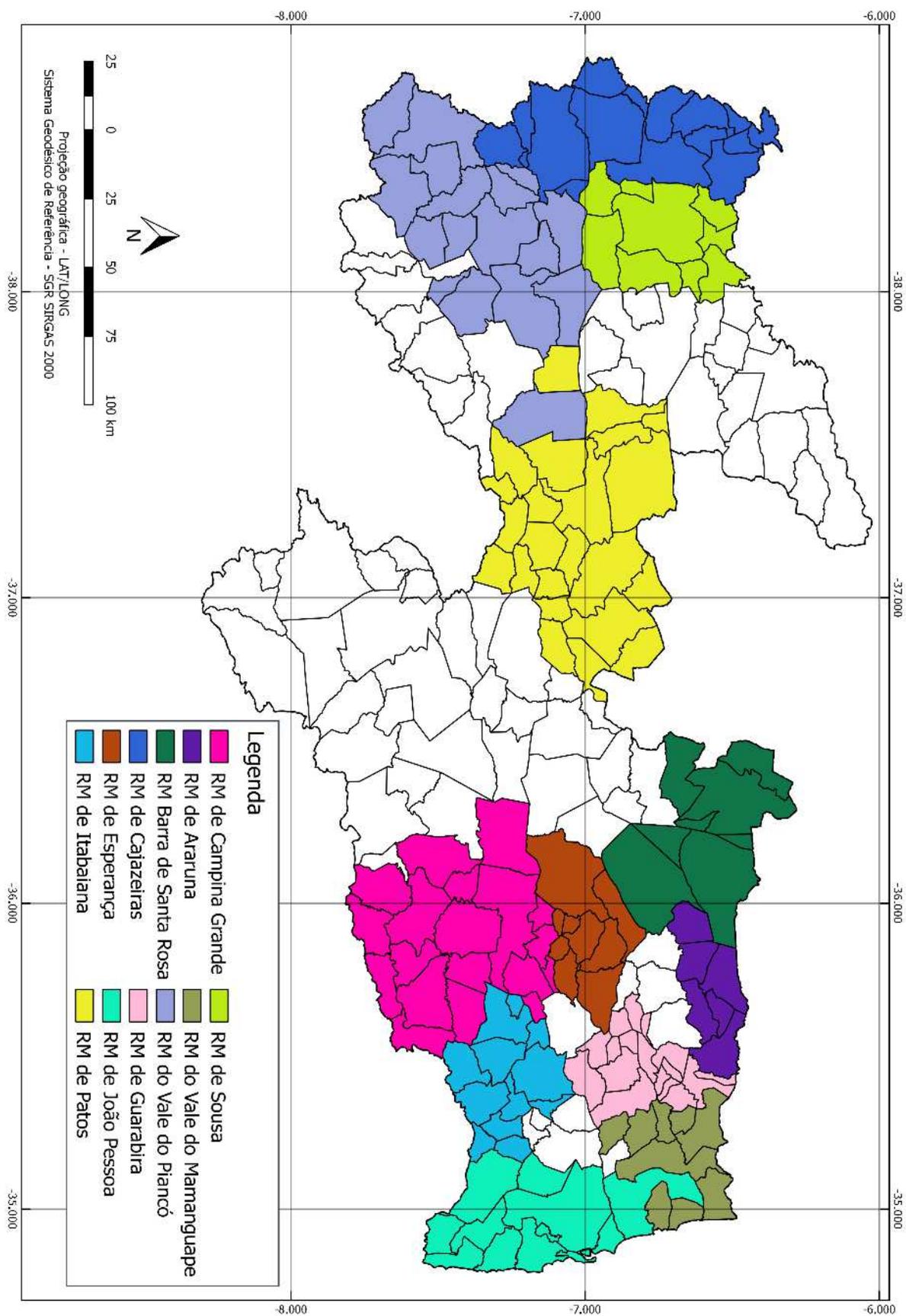
Assim, na ausência de parâmetros legais, os estados passaram a ter autonomia para criá-las, gerando uma divergência muito grande entre a criação institucional e a realidade socioespacial (FIRKOWSKI, 2011, 2013; MOURA, 2014, SANTOS, 2014). Diante disto, após a Constituição, houve uma grande propagação na criação e proposituras de

novas Regiões Metropolitanas no Brasil. Somente no início do ano de 2015 é que foi sancionada a Lei Federal nº 13.089 conhecida como “Estatuto da MetrÓpole”, que traz alguns caminhos para criação de novas regiões metropolitanas, no entanto, sem revogar as já criadas anteriormente que não se encaixam na norma.

De acordo com Hotz (2000, p. 97) é preciso renovar à necessidade de organização de políticas urbanas nacionais, para o desenvolvimento urbano e metropolitano no Brasil. De modo que, estas políticas venham a permitir que ações da união sejam mais articuladas para destinação de recursos, que tivesse por objetivos o desenvolvimento regional e estratégico nacional. Ainda dando possibilidades de maior articulação entre estados e municípios que compartilhassem as mesmas metas, e assim promovesse um uso mais racional de recursos e tempo, com o apoio da sociedade, através de parcerias com as comunidades e definição de ações locais, sub-regionais e regionais.

Assim, percebemos que o fato metropolitano no Brasil apesar de já ser uma realidade presente a um bom tempo no país continua a ser negligenciado e deixado à margem ora dos Estados federados, ora da União. Um exemplo é o estado da Paraíba que apresenta doze regiões metropolitanas institucionalizadas por meio de lei complementar, antes da entrada em vigor do “Estatuto da metrÓpole”, como ver no mapa 01.

**Mapa 01:** Regiões Metropolitanas da Paraíba



Fonte: Dados obtidos dos Projetos de Lei Complementar da Assembleia Legislativa da Paraíba, 2012.

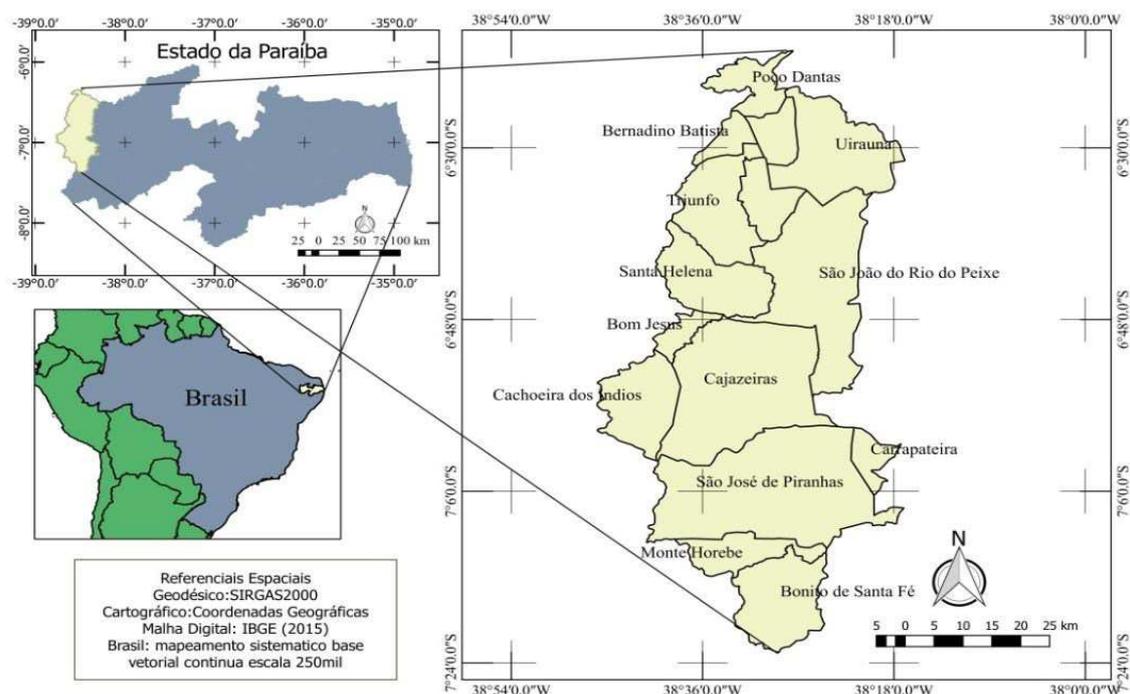
#### 4. REGIÕES METROPOLITANAS ARTE, FATO OU ARTEFATO PARA ENTENDERMOS AS MOTIVAÇÕES DA CRIAÇÃO REGIÃO METROPOLITANA DE CAJAZEIRAS – PB

Já discorreremos acerca do conceito de região em diversos momentos da ciência geográfica, sobre a origem e formação e criação de metrópoles no mundo e no Brasil. Acerca da urbanização do mundo e no Brasil de maneira breve, sobre a criação das primeiras regiões metropolitanas no país. Agora vamos conhecer um pouco da região Metropolitana de Cajazeiras, e sua importância para a região que está inserida. Mesmo sem possuir os critérios básicos que caracterizam uma região metropolitana.

##### 4.1 Breve caracterização da região metropolitana de Cajazeiras – PB

A Região Metropolitana de Cajazeiras – PB instituída sob a forma de lei complementar de N° 107, de 08 de junho de 2012, pela autoria do então deputado estadual José Aldemir Meireles de Almeida (atual prefeito de Cajazeiras). Localiza-se no Alto Sertão Paraibano, é formada pelos municípios de Bernadino Batista, Bom Jesus, Triunfo, Monte Horebe, Bonito de Santa Fé, Poço de José de Moura, Poço Dantas, Cajazeiras, Carrapateira, Joca Claudino, Santa Helena, São João do Rio do Peixe, São José de Piranhas, Uiraúna, Cachoeira dos Índios, como ver abaixo no mapa 02.

**Mapa 02:** Localização da Região Metropolitana de Cajazeiras no Estado da Paraíba



Fonte: Lauter (2016).

A população da região metropolitana em 2010 totalizava 167.971 habitantes, destes 102.645 se encontravam na zona urbana e 65.326 domiciliados na zona rural. Já Cajazeiras, considerada a “cidade mãe” da Região Metropolitana apresentava uma população total de 58.448 habitantes, com 10.945 destes residindo na zona rural, enquanto 47.501 na zona urbana, na tabela abaixo podemos ver a população urbana, rural e a total de acordo com o Censo demográfico 2010, bem como a estimativa para este ano.

**QUADRO 01 - População Total, Urbana e Rural da Região Metropolitana de Cajazeiras**

<b>Município</b>	<b>Urbana</b>	<b>Rural</b>	<b>População residente</b>	<b>População residente*</b>
Cajazeiras	47.501	10.945	58.446	61.776
Bernadino Batista	858	2.217	3.075	3.393
Bom Jesus	988	1.412	2.400	2.547
Bonito de Santa Fé	7.399	3.405	10.804	11.797
Cachoeira dos Índios	2.918	6.143	9.546	10.182
Carrapateira	1.731	655	2.378	2.631
Joca Claudino	840	1.775	2.615	2.685
Monte Horebe	2.501	2.007	4.508	4.789
Poço Dantas	977	2.774	3.751	3.777
Poço de José de Moura	1.425	2.553	3.978	4.276
Santa Helena	2.702	2.667	5.369	5.907
São João do Rio do Peixe	6.885	11.316	18.201	17.941
São José de Piranhas	10.795	8.301	19.096	20.053
Triunfo	4.309	4.911	9.220	9.466
Uiraúna	10.349	4.235	14.584	15.300
<b>Total</b>	<b>102.645</b>	<b>65.326</b>	<b>167.971</b>	<b>176.490*</b>

Fonte: IBGE (2010, 2018) \*Estimativa

Entretanto, Firkowski (2011, p. 05) adverte que os dados demográficos são uma das dimensões importantes nos estudos de regiões metropolitanas, todavia, ressalta que esses dados são escassos para considerar uma realidade metropolitana.

Em análise sobre a evolução da população rural, urbana e total da Região Metropolitana de Cajazeiras, que compreendeu uma série temporal que abrangeu de 1950 a 2010, ficou evidente que a população rural prevaleceu maior que a urbana até o período entre as décadas de 1990 a 2000, sendo, portanto, a partir desse momento modificado,

sendo a população urbana agora maioria e continua crescendo em detrimento da rural (MACEDO e VASCONCELOS, 2016).

Em nível de país, essa transição de maioria de população urbana sobre a rural ocorreu na década de 1970 enquanto que na Região Metropolitana de Cajazeiras posteriormente, apresentando uma discrepância que pode ser compreendida, a partir da análise da localização da região, que se encontra em área considerada periférica no cenário econômico nacional.

Porém, mesmo que em desvantagem, hoje a Região Metropolitana possui mais de 61% de população urbana, demonstrando que está acompanhando a tendência urbana do país, fato marcante que se acentua a partir da década de 1970, o aumento do consumo é tido como vetor principal que foi facilitado pela difusão dos sistemas de engenharia que possibilitaram a produção, a circulação e a distribuição de fluxos materiais e imateriais interligando e integrando os lugares mais longínquos do país (MACEDO e VASCONCELOS, 2016).

Em análise acerca da composição do Produto Interno Bruto (PIB) da Região Metropolitana de Cajazeiras Macedo e Vasconcelos (2016) perceberam que a economia da região está centralizada no setor de serviços, com base na última década (2000-2010), logo 80% do PIB é do setor de serviços. O que representa uma fragilidade econômica, tendo em vista, que uma das principais características de uma região metropolitana é a diversificação econômica.

Ainda corroborando com os autores acima citados é nítida a debilidade econômica regional quando se percebe os detalhes da composição deste PIB. Em virtude da administração pública, logo, administração, saúde e educação pública e seguridade social, representarem aproximadamente 40% do PIB total e mais de 56% do setor de serviços.

Quando se verificou a importância da administração pública no interior da Região Metropolitana de Cajazeiras esta é menor na metrópole Cajazeiras, com um percentual de 27,44% do PIB. Já nos demais municípios que compõem a região metropolitana exceto, São José de Piranhas e Uiraúna têm uma participação da administração pública abaixo de 50%, os seus percentuais são 49,61 % e 48,83%, respectivamente (MACEDO e VASCONCELOS, 2016).

Para melhor compreender a Região Metropolitana de Cajazeiras os autores acima citados consultaram o estudo de Regiões de Influência das cidades (REGIC) 2007. Para analisarem os deslocamentos internos da Região Metropolitana de Cajazeiras e seu papel na região, também consideraram os deslocamentos para outras cidades na procura de

atender necessidades de compras, lazer, saúde e estudo. Concluíram que a cidade de Cajazeiras não possui total influência sobre sua região metropolitana. Logo, as cidades de Bernadino Batista, Poços Dantas e Joca Claudino satisfazem suas necessidades de primeira ordem na cidade de Uiraúna, e esta por sua vez na cidade de Sousa – PB, portanto, ultrapassando os limites da Região Metropolitana. Já as cidades de Triunfo, Poço José de Moura e Santa Helena mantêm suas ligações de primeira ordem com São João do Rio do Peixe e está com Cajazeiras. As outras que compõem a região metropolitana buscam atender suas necessidades em Cajazeiras.

Entretanto quando Macedo e Vasconcelos (2016) verificaram a variável ensino superior perceberam que Cajazeiras apresenta uma área de influência que abrange toda a sua região metropolitana, inclusive ultrapassando os limites da própria região. Fato que pode ser compreendido por meio da quantidade de instituições públicas e privadas existentes na cidade que ofertam uma grande variedade de cursos superior, técnico, tecnólogo.

Macedo e Vasconcelos (2016) ainda verificaram os movimentos pendulares para estudo a partir de microdados do Censo Demográfico 2010, em que constataram 5.333 deslocamentos diários para estudo. Destes, cerca de 3.471 desses movimentos se dão dentro da própria região, logo, isso equivale a 65% dos deslocamentos. Destes a metrópole Cajazeiras abarca cerca de 70%, devido a sua grande variedade na oferta de ensino.

Os movimentos pendulares para trabalho também são importantes quando estamos a analisar uma região metropolitana. Assim, Macedo e Vasconcelos (2016) através do microdados do Censo demográfico 2010 investigaram a origem destes deslocamentos da região metropolitana. E constataram que o município de Cajazeiras não possui deslocamentos para trabalho nem como origem, nem como destino para alguns municípios de sua própria região metropolitana que são; Bernadino Batista, Carrapateira, Joca Claudino e Poço Dantas.

Enquanto os municípios de Triunfo e Poço José de Moura dispõem de uma quantidade muito pouca de deslocamentos menos 50. Bem como notaram, que dos 545 trabalhadores de outros municípios, exerce sua função em Cajazeiras, 490 são do município de Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe e São José de Piranhas, isto equivale a 90% de todos trabalhadores que se deslocam para esta cidade, o evidenciam uma maior ligação entre os municípios que estão mais próximos.

Os pesquisadores supracitados também observaram os movimentos inversos e verificaram que dos 291 trabalhadores de Cajazeiras que se deslocam diariamente, boa parte exercem suas atividades laborais em Bom Jesus, Cachoeira dos Índios, São João do Rio do Peixe e São José de Piranhas, chegando ao um percentual de 89,77%. Assim, reafirmaram a partir das análises dos deslocamentos diários para estudo e trabalho que há uma liga forte entre os municípios mais próximos de Cajazeiras. Tendo em vista que estes suturam diariamente o território.

Logo, podemos perceber pelo exposto que a cidade de Cajazeiras possui uma influência considerável dentro da região que está inserida, chegando mesmo a ultrapassar os limites estaduais, e abrangendo cidades do estado vizinho, Ceará. No entanto, de acordo com os dados podemos perceber que nem todos os municípios da região metropolitana buscam atender suas demandas em Cajazeiras.

#### **4.2 Região Metropolitana de Cajazeiras: arte, fato ou artefato?**

A autoria da Lei Complementar que instituiu a Região Metropolitana de Cajazeiras é do ex-deputado estadual José Aldemir Meireles de Almeida, hoje atual prefeito da cidade de Cajazeiras. Sabemos através dos estudos que temos realizado que os principais objetivos para a instituição de regiões metropolitanas é existência de problemas comuns, entre municípios que em virtude do acelerado crescimento urbano apresenta problemas comuns.

Haesbaert (2010, p. 109) nos preveni “para o entendimento da região não simplesmente como um “fato” (concreto), um “artifício” (teórico) ou um instrumento de ação, mas da região como um “artefato”, tomada da imbricação entre fato e artifício e, de certo modo, também, enquanto ferramenta política”. Portanto, como meio de intervir com ações práticas.

Para uma compreensão clara do que venha a ser uma regionalização enquanto artifício é necessário antes saber que “a palavra “arte” vem do latim *ars*, que significa talento, saber fazer, e que inicialmente estava associada à técnica, ou seja, ao que é do domínio humano, social, ao *artificial*. Já o “artefato”, mais literalmente, significa “o que é feito com arte”, um produto da cultura”. Isso nos levar a pensar na criação da Região Metropolitana de Cajazeiras apenas como um exercício de fazer arte (HAESBAERT, 2010, p. 111).

Tendo em vista sua trajetória política, pois foi deputado federal por um mandato (1995-1999) e deputado estadual da Paraíba por três vezes (de 1983 até 1984 (suplente), de 1987 até 1994) por dois mandatos consecutivos, e (de 2003 até 2016) por quatro mandatos consecutivos. E atualmente é prefeito da cidade de Cajazeiras no mandato de 2017-2020.

De acordo com Haesbaert (2010, p. 94 -95) podemos cogitar a criação de regiões como meio para se construir uma realidade, que vise atender interesses particulares “a concepção de regionalização não como ação efetiva da multiplicidade de sujeitos sociais (e, para alguns, também, de processos naturais) que a produzem, nem apenas como recurso ou conversão analítica para o discernimento da diferenciação espacial, mas como instrumento para proposições concretas de transformação, ou seja, através da região vista como instrumento não apenas de análise, mas, sobretudo, de ação /intervenção – uma espécie de “região a ser construída” ou ideal, numa abordagem que adquire um caráter normativo”.

Os problemas típicos de regiões metropolitanas de fato, por exemplo, estão relacionados com a alta concentração populacional, tratamento de esgoto, coleta e destinação final do lixo, violência, transporte público ineficiente, poluição, entre outros. Esses são os problemas que mais motivam as prefeituras a se unirem no reconhecimento de regiões metropolitanas.

Logo, quando apresentam funções públicas de interesse comum, ou seja, demandas iguais por parte de vários municípios que, em virtude de estarem conturbados, torna-se difícil e/ou impossível conhecer seus reais limites, e se faz necessária a existência de uma gestão compartilhada para a resolução das demandas comuns. Neste caso, como afirma Haesbaert (2010, p. 92), estaríamos diante de uma “região como *fato*, evidência “real” e, assim, passível de ser objetivamente reconhecida e/ou produzida [...]”. Portanto, o reconhecimento de uma região metropolitana serviria como instrumento ou meio para o alcance dos objetivos comuns, logo, a solução dos problemas que são compartilhados.

A real motivação para a criação da Região Metropolitana de Cajazeiras passa distante de ser um problema comum, que demande enfrentamento conjunto para que seja solucionado. Podemos confirmar a partir da fala inicial do nosso entrevistado, quando indagado sobre as motivações para a institucionalização: “[...] **esses municípios precisam realmente se integrar para que possamos cada vez mais fortalecer o**

**desenvolvimento e o crescimento de cada município[sic]**” (informação verbal)<sup>1</sup>(Grifo nosso).

Imediatamente temos convicção que inexistiam problemas comuns no ato da propositura e, desse modo, a criação foi motivada no anseio concreto de promover um desenvolvimento local e/ou regional. Que poderia ser obtido por meio da Associação dos Municípios do Alto Sertão Paraibano (AMASP), que é composta por 24 municípios. Ou ainda, por meio da microrregião de Cajazeiras, já que os municípios que compõem está coincidem com os que formam a região metropolitana, sem que houvesse essa sobreposição de regionalizações. Pois esses objetivos de integração, desenvolvimento e crescimento não possuem qualquer conexão com os objetivos e/ou necessidades reais de se criar uma região metropolitana. Haja vista que os principais qualitativos sócio-espaciais para a institucionalização ou reconhecimento de regiões metropolitanas de acordo com a literatura existente são: existência de uma metrópole com alto grau de diversidade econômica e alta especialização em atividades urbanas, o que consequentemente acarretará em uma região de influência que provocará o processo de conurbação, devido à alta concentração populacional. As áreas assim costuradas necessitam de uma gestão integrada e compartilhada, logo uma região metropolitana.

De acordo com Firkowski (2011, p. 09) os critérios mais importantes e utilizados na criação de regiões metropolitanas são:

Densidade demográfica superior a 700 hab./km<sup>2</sup> na região e mais de 1.300 hab./km<sup>2</sup>; sede da RM com posição mínima de Capital Regional B (de nível 5, segundo o REGIC); continuidade da mancha urbana; existência de equipamentos de porte regional, como os de saúde (hospitais de alta e média complexidade) e de ensino; sede da RM com PIB multisetorial; sede da RM com PIB superior a R\$ 18,5 milhões.

Assim, questionamos o proponente da Região Metropolitana de Cajazeiras sobre quais os critérios foram utilizados para a constituição da mesma, e porque selecionar aqueles e não outros municípios. Ao que nos foi dito:

“a própria situação geográfica de nossa região [...] você haverá de perceber que forma um avião que tem asa sul e asa norte e tem

---

<sup>1</sup>Entrevista concedida por ALMEIDA, José Aldemir Meireles de. [nov. 2018]. Entrevistador: Adriana Silva Souza. Cajazeiras, 2018. 1 arquivo .mp3 (32 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no Apêndice A desta monografia.

o corpo do avião que é exatamente Cajazeiras, Cachoeira dos índios e Bom Jesus, esses três municípios formariam naturalmente o corpo do avião e São José de Piranhas, Monte Horebe, Bonito e Carrapateira seria sem dúvida a asa sul do avião, e asa norte esses outros municípios que naturalmente, que plenamente integra esse avião [...]” (informação verbal)<sup>2</sup>

O critério adotado para a criação da Região Metropolitana de Cajazeiras, não tem qualquer fundamento para a institucionalização de regiões metropolitanas, de acordo com os que são adotados tanto pela legislação vigente, quanto pela literatura disponível.

Podemos verificar a partir de pesquisas bibliográficas que a da redução de tarifas telefônicas e, destinação de recursos exclusivos para áreas metropolitanas motivaram muitas institucionalizações de regiões metropolitanas na década de 1990. Então perguntamos ao nosso entrevistado sobre o recebimento de recursos e/ou ganhos alcançados em virtude da criação, em que nos afirmou que “[...] não, ainda não [...]” (informação verbal)<sup>3</sup>

Entretanto trouxe muitos apontamentos como “[...] uma feira chamada FENAZ [...]” que voltou a ser realizada em Cajazeiras, em parceria com outros municípios; o “[...] projeto Rota do sol com o município de Cajazeiras, Bernadino Batista, Poço José de Moura, São João do Rio do Peixe, Triunfo e acho que Santa Helena [...]”; a construção de “[...] um Centro de Diagnóstico Primário [...] que beneficiará toda a região; a construção de um polo do “[...] SESC- SENAT [...]”; e o início da obra do “[...] Hospital Universitário do Sertão [...]” (informação verbal) <sup>4</sup>, com certeza estes dispositivos possibilitará maior destaque à cidade de Cajazeiras, aumentando a ligação entre esta e as cidades circunvizinhas.

A lei que institucionaliza a Região Metropolitana de Cajazeiras prevê a criação de um Conselho Administrativo, perguntamos ao proponente da lei se este havia sido criado, ele nos disse que: “Não, realmente quero dizer a você que foi muito importante essa sua entrevista até para nos atentar acerca da construção desse Conselho [...]” (informação verbal)<sup>5</sup>.

No entanto, já tínhamos conhecimento da inexistência do Conselho Administrativo, como afirma Macedo e Vasconcelos (2016) que investigaram sobre a

---

<sup>2</sup> Id., 2018, p. 01

<sup>3</sup>Ibid., 2018, p. 03.

<sup>4</sup>Ibid., 2018, p. 02-03.

<sup>5</sup>Ibid., 2018, p. 05

funcionalidade do mesmo, junto às prefeituras de cada um dos municípios, em que seis prefeituras afirmaram a insciência que integravam uma região metropolitana, enquanto outras quatro disseram ter ciência do pertencimento a região metropolitana, as demais prefeituras não deram qualquer retorno.

Os motivos que nos foram explicitados como justificativa para a institucionalização, são grandes equívocos, tanto de acordo com a literatura consultada quanto às normas legais. Pois, a realidade espacial está muito aquém de ter qualitativos metropolitanos, o principal critério adotado não justifica qualquer interesse em atender demandas comuns. O órgão que deveria administrar a região inexistente, mesmo tendo decorrido seis de institucionalização, ficando-nos claro que a região é fictícia.

Desta forma, concluímos que os objetivos propostos, ou seja, o conhecimento das reais motivações para a institucionalização da Região Metropolitana de Cajazeiras, e dos critérios havia sido utilizados. Partindo destes conhecimentos, confirmamos nossas hipóteses, que a Região Metropolitana de Cajazeiras, se encontra muito além de ser um artefato, que como afirma Haesbaert (2011, p. 111) *apud Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos* (como original) serviria como uma ““ aparelhagem, equipamentos” numa perspectiva material, pode ser lido também, mais abstratamente, como “mecanismo, dispositivo”, ou seja, encontra-se no cruzamento entre a concretude de um “fato” e a abstração de um “artifício” ou instrumento de análise”.

Esta institucionalização teria utilidade se estivéssemos diante de uma realidade metropolitana, em que fosse preciso ter a abstração de um artifício. Este que seria usado para a realização de ações e/ou como ferramenta política. No entanto, a partir da análise da entrevista, e da consulta aos critérios sócio-espaciais e legais, concluímos que a região metropolitana de Cajazeiras é apenas mais uma, dentre tantas outras realidades de papel, tendo uma lei que não foi cumprida, inexistente ganhos decorrentes da sua criação, como também não observamos quaisquer transformações da realidade sócio-espacial, não servindo sequer enquanto artifício político.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa permitiu a investigação de qual ou quais motivos, haviam sido considerados para a instituição da Região Metropolitana de Cajazeiras - PB, bem como os critérios. Já que a mesma se encontra distante do perfil, apresentado por uma cidade tida como metrópole e com uma região metropolitana.

Essa disparidade é resultado da ausência de critérios na Constituição Federal de 1988, após a redemocratização do país. As primeiras regiões metropolitanas brasileiras foram criadas a partir da década de 1970, durante o regime militar, tendo em vista que essas áreas possuíam um grande índice populacional, sendo muito importante para o regime em vigor naquele momento, manter o controle e a ordem sobre essas regiões.

Permanecendo assim, o quadro nacional com nove regiões metropolitanas até a nova Constituição Federal de 1988, que deu aos estados da federação o direito de criar/instituir novas regiões metropolitanas. No entanto, sem esclarecer os critérios que nortearia essas criações. Os estados da federação por sua vez, quase em sua totalidade, apenas copiaram o texto da Carta Magna.

Dentre esses estados que transcreveram da constituição federal o texto referente à criação de regiões metropolitanas, está o estado da Paraíba. Que até a entrada da Lei Federal nº 13.089 conhecida como “Estatuto da Metrópole”, em janeiro de 2015, tinha instituído por meio de lei complementar na assembleia legislativa, doze regiões metropolitanas, dentre elas a Região Metropolitana de Cajazeiras, nosso objeto de estudo.

O fato urbano no Brasil de acordo com Santos (2013) veio se tornar mais evidente a partir da década de 1950, pois a população motivada pelo processo de industrialização perde seu posto de trabalho no campo para às máquinas. E segue para as cidades em busca de novas fontes de renda. Provocando desta maneira, o aumento do total populacional que vivia nas cidades. Chegando o percentual de população urbana a atingir aproximadamente os 50%.

No entanto, o processo de metropolização surgiu na década de 1970, quando a União através de lei federal instituiu nove regiões metropolitanas. Mas, com a redemocratização do país e a nova Constituição Federal ficou a cargo dos estados a criação de novas regiões metropolitanas, sem qualquer critério balizador. Provocando a existência de um mosaico de regiões metropolitanas, que não detêm quaisquer características do fato metropolitano.

Esse quadro permaneceu desta forma até janeiro de 2015, com a entrada em vigor do “Estatuto da Metrópole”, que apresenta os critérios que definem o que é, e o que não metrópole, região metropolitana. Antes desta vigência a Região Metropolitana de Cajazeiras já havia sido instituída e permanece, pois a nova lei não traz qualquer dispositivo de revogação de regiões metropolitanas que não atendem aos critérios.

A Região Metropolitana de Cajazeiras está localizada no sertão paraibano, com uma população estimada em 176 mil habitantes (IBGE, 2018), com 15 municípios, com renda baseada principalmente no setor de serviços. Apresenta uma total ausência de problemas comuns que deveria ser os promotores da criação da região metropolitana. Em estudo Macedo e Vasconcelos (2016), partindo da análise de microdados do IBGE, para deslocamentos de primeira ordem, atestaram a ausência de uma realidade metropolitana.

Assim, ficamos intrigados em conhecer as motivações para a propositura e os critérios utilizados. Então através de um ferrenho levantamento bibliográfico, seguido de análise da legislação e da literatura sobre a temática. Seguimos com uma entrevista semi-estruturada para o proponente da lei de criação de Região Metropolitana de Cajazeiras, ex-deputado estadual e atual prefeito da cidade de Cajazeiras, o senhor José Aldemir Meireles de Almeida.

Sendo muito solícito em nos receber, diante da importância de temática para uma melhor compreensão da realidade urbana de Cajazeiras, assim como da Paraíba e até na própria extensão do país. O motivo apresentado durante a entrevista, para a criação da Região Metropolitana de Cajazeiras foi à promoção da integração, e o respectivo desenvolvimento de todos os municípios que compõem a região metropolitana.

Entendemos a relevância do motivo, no entanto, estes não configuram-se como motivos para a criação, considerado a literatura vigente e a legislação em vigor, os municípios que formam a Região Metropolitana de Cajazeiras deveriam apresentar demandas comuns, como para o tratamento de esgoto, lixo, transportes, violência. Porém, estes inexistem, havendo municípios que não apresentam qualquer ligação com a cidade mãe Cajazeiras.

No entanto, tivemos muitos apontamentos que faz da cidade de Cajazeiras um destaque na região que está inserida, bem como no estado. É uma cidade que apresenta muitas instituições de ensino na educação básica e superior, sendo mesmo considerada popularmente como uma cidade universitária, atraí estudantes de vários municípios do estado e, de outros estados como Ceará, Rio do Norte.

Apresenta muitas clínicas com inúmeras especialidades médicas, e de acordo com o entrevistado está previsto o início da obra do Hospital Universitário do Sertão em parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras. Construção também de uma sede do SESC - SENAT em Cajazeiras, a integração de Cajazeiras e alguns municípios para uma feira que tinha sido individualizada. Logo, compreendemos a representação da cidade de Cajazeiras para a região e para o estado. Todavia, este papel está em disparate para ser uma metrópole com uma região metropolitana, tendo em vista a completa ausência de aspectos que venham a caracterizar uma realidade de fato metropolitana.

## 6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Aldemir Meireles de. **José Aldemir Meireles de Almeida**: entrevista [nov. 2018]. Entrevistadora: A. A. Souza. Cajazeiras, 2018. 1 arquivo. mp3 (32 min.).

Azevedo, Sergio de. Guia, VIRGÍNIA Rennó dos Mares. Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil, *In*: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito** [recurso eletrônico] /; Luciana Corrêa do Lago, Sergio de Azevedo, Orlando Alves dos Santos Junior (colaboradores). - 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: INCT, 2015.

\_\_\_\_\_. Governança metropolitana e reformado estado o caso de Belo Horizonte. *In*: **R. B. Estudos urbanos e regionais** N° 3 / OUTUBRO 2000.

BLUMENFELD, Hans. A metrópole moderna. *In*: **Cidades**. Tradução de José Reznik, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972. P. 52 -70.

BALBIM, Renato Nunes. *Etal.* **DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NA GESTÃO DAS REGIÕES METROPOLITANAS**. *In*: REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO, Curitiba, n.120, jan./jun. 2011.p.149-176.

BRASIL. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. (Estatuto das Metrôpoles).

CHINITZ, Benjamin. Nova York: Uma região metropolitana. *In*: **Cidades**. Tradução de José Reznik, Rio de Janeiro: Zahar editores, 1972. P. 116- 132.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis**. (Nova Série)[Online], 3 | 2014, posto online no dia 26 Agosto 2014, consultado 23 Agosto 2018.URL: <http://terrabilis.revues.org/990> ; DOI : 10.4000/terrabilis.990

CORRÊA, Roberto Lobato. As correntes do pensamento geográfico. Região: Um conceito complexo. *In*: **Região e organização espacial**. São Paulo: Editora Ática, 1990. p. 7-50.

Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / **IBGE**, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

FREITAS, Ruskin. Regiões Metropolitanas: uma abordagem conceitual. **Humanae**, v.1, n.3, p. 44-53, Dez. 2009.

FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini de Freitas. Região metropolitana no Brasil: assim é se lhe parece... **I Simpósio de Estudos Urbanos** – SEURB, 2011.

\_\_\_\_\_. Por que as Regiões Metropolitanas no Brasil são Regiões mas não são Metropolitanas. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 122, p. 19-38, jan./jun. 2012.

\_\_\_\_\_. Constatções, questões e proposições acerca do papel da Pós-Graduação na formação do pensamento sobre as escalas do planejamento e desafios a gestão metropolitana no Brasil. **VI SEPEPUR**, 2012.

\_\_\_\_\_. Estudo das metrópoles e regiões metropolitanas do Brasil: conciliação ou divórcio? In. FURTADO, Bernardo Alves; KRAUSE, Cleandro; FRANÇA, Karla Christina Batista de (eds.) **Território metropolitano, políticas municipais por soluções conjuntas de problemas urbanos no âmbito metropolitano**. Brasília: IPEA, 2013. p. 21-52.

GEORGE, Pierre. *EtAL*. Geografia ativa da região. In: **A geografia ativa**/ Tradução de Gil Toledo, Manuel Seabra, Nelson de La Côte e Vincenzo Bochicchio. – 5ª Ed.- São Paulo. Difusão editora S. A, 1980. p. 279 – 354.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: **Geografia: Conceitos e temas**/ organizado por Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa. – 10ª Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. Entre o território e a região: trajetórias. In: GALVÃO, Carlos Fernando; MILLED, José Carlos. **A prática de ensino real e o ensino da prática ideal**. Curitiba; Editora CRV, 2010.

\_\_\_\_\_. **Regional – Global: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**/ Rogério Haesbaert. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HOTZ, Eduardo Fontes. **A organização metropolitana pós-constituição de 1988**. Revista SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 14(4) 2000, p. 91-98.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: agosto. 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=29&uf=25>>. Acesso em: dez. 2018.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. In: **Panorama da geografia brasileira I**. / Organizado por José Borzacchiello da Silva, Luiz Cruz Lima e Denise Elias. – São Paulo: Annablume, 2006.

LEOPOLDO, Eudes. **Da divisão regional à regionalização metropolitana: a história do território brasileiro como geografia da produção de regiões**. XI Encontro nacional da ANGEGE, 2015.

MACEDO, Rodolfo Noberto de, VASCONCELOS, Santiago Andrade. **O que tem de metrópole na Região Metropolitana de Cajazeiras – PB? Uma análise da região institucional versus a realidade socioespacial**. Cajazeiras, 2016.

MINAYO, M.C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

NOGUEIRA, R. J. B. **Política e território: a invenção de uma região metropolitana.** Somanlu, ano 11, n. 2, jul/dez. 2011.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa.** 2. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ORTEGA, J. V. **Los horizontes de la Geografía.** Teoría de la Geografía, Ariel Geografía. BARCELONA, 2000.

PRODANOV, C. C, FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira/ Milton Santos.** – 5. Ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado.** -4. Ed. – São Paulo: Editora Hucitec.1996. p. 45- 50.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **De cidade à metrópole.** Revista Geografares, nº 9, jul/ Dez., 2011, p. 49-79.

SOARES, Paulo Roberto. Região Metropolitana ou Aglomeração Urbana? O debate no Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais. (Revista e-metrópolis),** nº 15, ano 4, 2013. Disponível em: <www.emetropolis.net>. Acesso em: 05 de agos. de 2014.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. Região, bairro e setor geográfico. *In: Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 135 – 162.

Triviños, Augusto Nivaldo Silva, 1928-**Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação /** Augusto Nivaldo Silva Triviños. –São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Dois séculos de Pensamento sobre a cidade.** 2. ed. Salvador: Edufba; Ilhéus: Editus, 2012, p.618.

## APÊNDICE A

### **Entrevista o com Prefeito de Cajazeiras-PB acerca da N° 107 de 8 de junho de 2012, que instituiu a Região Metropolitana de Cajazeiras em 27/11/2018**

**Adriana:** Quais os motivos para instituir a região metropolitana de Cajazeiras?

**José Aldemir:** Cumprimentos, parabenização! Primeiro promover a integração de todos os municípios que estão inseridos na região metropolitana de Cajazeiras. Bernadino Batista, Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Carrapateira, Monte Horebe, Poço Dantas, Poço de José de Moura, São José de Piranhas, Triunfo, Uiraúna, São João do Rio do Peixe e Santa Helena esses municípios precisam realmente se integrar para que possamos cada vez mais fortalecer o desenvolvimento e o crescimento de cada município. Qual o fundamento maior? É aproveitar a vocação de cada município, para que com o apoio dos outros, possa fazer, viabilizar de forma concreta esse desenvolvimento, esse crescimento, que um município isolado certamente não teria essa força política, para que seu município conseguisse expressão de forma destacada. Essa é razão fundamental, você haverá de entender em seu raciocínio que uma voz não tem tanta força quanto dez vozes juntas. Se eu pleiteei junto ao governo do estado, junto ao governo federal, fazendo pleitos de interesse da sociedade, no meu município, eu sozinho não tenho tanta repercussão junto ao governo federal, governo estadual e outras instâncias de nosso país, sem dúvida nenhuma. A gente talvez, a nossa voz, não tivesse ressonância que tem a voz de vários municípios juntos. Então, estamos aqui promovendo, consolidando, verdadeiramente uma região metropolitana com esse objetivo de que a integração é a forma mais racional de que fortalecer cada município do estado e da região.

**Adriana:** Gostaria de saber quais os critérios que o Sr. usou para selecionar os municípios que viriam a compor a região metropolitana?

**José Aldemir:** A própria situação geográfica de nossa região, se você atentar bem na sua cabeça e fizer um desenho da região que esta esses municípios, você haverá de perceber que forma um avião que tem asa sul e asa norte e tem o corpo do avião que é exatamente Cajazeiras, Cachoeira dos índios e Bom Jesus, esses três municípios formariam naturalmente o corpo do avião e São José de Piranhas, Monte Horebe, Bonito e Carrapateira seria sem dúvida a asa sul do avião, e asa norte esses outros municípios que naturalmente, que plenamente integra esse avião, esse exemplo que estou dando é exatamente mostrando a razão, um dos critérios exatamente, que foi adotado para que a gente pudesse ter essa iniciativa de transformar a região metropolitana de Cajazeiras, então esse o critério fundamental para que a propositura se transformasse em lei, o critério geográfico.

**Adriana:** Houve uma comunicação por parte dos municípios se queriam ou não participar da Região Metropolitana por parte dos municípios, sob pena de exclusão, queria saber se houve essa comunicação?

**José Aldemir:** Houve essa comunicação e essa consulta evidente que você não pode fazer ou tomar uma decisão qualquer seja, ação de interesse sem essa consulta por parte do município, isso é como um plebiscito, com diz respeito a essa propositura cada município foi ouvido com interesse tentei alimentar e todos tiveram esse entendimento que essa integração é assim, uma atitude ímpar para promovê-la o desenvolvimento de cada município da região metropolitana de Cajazeiras, levando em conta inclusive a vocação de cada município.

**Adriana:** Cajazeiras teve ganhos com essa criação e conseqüentemente a sua região?

**José Aldemir:** Sem dúvida e muitos ganhos, lógico, por exemplo, você veja eu aproveito a ocasião para fazer um exemplo muito recente acontecido essa semana que foi inédito, Cajazeiras tinha antigamente uma feira chamada FENAZ, a mais de dez anos Cajazeiras perdeu essa feira porque individualizou, enclausurou a feira para cajazeiras, agora não, trouxemos a feira de volta, resgatamos a feira para que houvesse, a confirmação e afirmativa maior ainda da importância dessa integração, então os outros municípios participaram da feira, que foram três dias numa parceria público-privada, prefeitura municipal de Cajazeiras juntamente com outros municípios e SEBRAE, então veja a conotação, que isso deu uma importância regional, absolutamente, outro evento que é importantíssimo para nossa região para fortalecer cada vez mais a nossa região no cenário educação e cultura, nós tivemos aqui essa semana um evento chamado Rota do sol, onde conseguimos aglomerar seis municípios da região, porque essa iniciativa começou e a realização desse evento em Bernadino Batista e Poço José de Moura e culminou com a primeira edição acontecido essa semana aqui em Cajazeiras, que estão dentro desse projeto Rota do sol com o município de Cajazeiras, Bernadino Batista, Poço José de Moura, São João do rio do peixe, Triunfo e acho que Santa Helena para que você veja a importância que se tem a integração desses municípios, extremamente importante, nós temos que aproveitar a vocação de cada município. Qual é a vocação, vocação maior de Cajazeiras? A vocação maior de Cajazeiras é educação e cultura nossa cidade foi fundada, fundada sobre os alicerces de um educandário chamando Padre Inácio de Souza Rolim que foi um sócio fundador, se você for pro Poço José de Moura a história em termos de cultura é rica, riquíssima, de Triunfo não fica atrás, se você for pra Uiraúna você vai perceber a cultura de Uiraúna é voltada sobre tudo no músico, na música, então você tem que ter e naturalmente aproveitar, identificar a vocação de cada município para que se promova o desenvolvimento da região, cada município apresenta peculiaridade, a gente junta todas as peculiaridades para que elas sejam desenvolvidas com o interesse de todos, mas os outros todos se juntam para dá apoio aquele município, o empreendedorismo é uma coisa espetacular principalmente num mundo de hoje, onde você sabe que a política ela só se fortalece dentro da parceria público-privado, hoje você só o serviço público não consegue funcionar, você tem que ter o serviço público junto com a iniciativa privada, porque a gente tem dividir ações e descentralizar para que todos os segmentos da

sociedade, seja o empresário, seja o profissional liberal, o trabalhador rural, a gente tem procurado naturalmente para que aconteça em cada segmento da sociedade, são essas todas as ações e os critérios adotados para transformar essa região na região metropolitana de Cajazeiras, ela tendo voz, voto e ressonância exatamente nos níveis estadual, federal.

**Adriana:** Após a criação veio algum recurso por parte do estado ou da união, se sim quais são esses recursos e/ou quais foram?

**José Aldemir:** Olha, Tudo que a gente procura fazer pelo menos, minha concepção, hoje como gestou do município de Cajazeiras que é minha terra natal, eu não raciocínio por conta exatamente por conta dessa lei que foi criada, para fundamentá-la e fortalecê-la eu não consigo trabalhar, mesmo sendo gestor só de Cajazeiras, já que fui eleito em Cajazeiras, sou prefeito de Cajazeiras, meu interesse deveria ser voltado só para Cajazeiras, para fazer cumprir uma obrigação, um dever, por uma decisão superior do povo. Mas eu raciocínio em termos para a região, nós temos ai fincados, um Centro de Diagnóstico Primário que é importantíssimo para Cajazeiras, mas isso ai, não vai ser só de Cajazeiras, será dos quinze municípios que estão pactuados com a saúde pública da região, quer dizer é uma coisa importantíssimo, você fazer com que todos os municípios participem disso, nós temos ai, o projeto da Transposição do Rio São Francisco quer adentra a nossa região por São José de Piranhas, mas de lá de São José de Piranhas de onde chegam as águas para projetos a nível regional é lógico que se expande de Paraíba a fora, de Pernambuco a fora, do Rio Grande do Norte a fora, de Ceará a fora, e tudo mais, mas a gente dentro da nossa região a gente procura fortalecer com derivações chegadas aqui para fortalecer a nossa região metropolitana de Cajazeiras, são coisas assim que a gente precisa mostrar com clareza que cada município, cada prefeito tem essa consciência, que é necessário realmente cada um. Existe aqui a Associação dos Municípios do Alto Sertão Paraibano (AMASP), que engloba toda essa região metropolitana, qual é o fundamento disso? É uma instituição que os municípios têm força para que chegue à Confederação dos Municípios da Paraíba e chegue com mais força na Confederação Nacional dos Municípios, porque tudo esta na base, tá na ponta, essa tecla que esta ai, nós temos que raciocinar dessa forma, você prestar atenção que a gente nós somos o pára-choque da política administrativa e econômica e social do país inteiro, porque todos os problemas começam no município e se a gente não se soma, se juntar, não se integrar não tem a força necessária para tentar conquistas importantes para cada município, (Adriana: então recursos foram direcionados para Cajazeiras para que esta decidisse como ia usar após a criação da Região Metropolitana?) não. Ainda não, o Centro de Diagnóstico Primário que faz ressonância magnética, tomografia, desintometria, mamografia, ultrassografia, raio-x. (Adriana: e as ações da transposição que abraça toda a região?) Sim também.

**Adriana:** Como o Sr. enxerga Cajazeiras e a região metropolitana?

**José Aldemir:** Olhe, então, Cajazeiras tem sido na Paraíba a vitrine da educação e da cultura, você sabe que evidentemente que Cajazeiras é onde existe o maior centro acadêmico, nós temos cidades como Patos, como Guarabira, mas nenhuma dessas, tem

um centro acadêmico da magnitude, da grandeza que tem Cajazeiras, temos só em Cajazeiras nós temos duas faculdades de medicina uma pública e outra privada, faculdade de odontologia, direito, engenharia, enfermagem, de todos os segmentos, aqui nós temos o campus Universitário da Universidade Federal de Campina Grande, Faculdade Santa Maria, Faculdade São Francisco, FAFIC que é da diocese, nós temos aqui a escola técnica federal (IFPB – Cajazeiras), escola técnica estadual, você veja a força que nós temos, quando estamos juntos, que agora mesmo nós estamos começando uma obra extremamente importante que vai atender a toda a região, que é o SESC- SENAT, você tem o SENAC que é do comércio, o SENAI que é da indústria e o SENAT que é dos transportes, transporte de cargas pesadas, isso é uma parceria público- privado, nós juntamos naturalmente o município de Cajazeiras onde está sediando essa instituição, uma instituição fincada sobre o orçamento de 22 milhões de reais, isso vai atender a toda a região, que está construindo a custo zero para o município, o município tem a participação de que, tem a participação de conceder o terreno, de fazer a doação do terreno aprovado pela Câmara Municipal, que aprovou por unanimidade para que o município pudesse doar o terreno, para a edificação dessa obra que vai dá assistência médica, assistência social, a todos os proprietários de transportes pesados que passam por aqui, quer sejam de ônibus, seja de transporte de cargas pesadas, entendeu. Transportes outros, de taxistas, transportes coletivos, enfim. De tudo que diz respeito a transportes, vai agregar valor a região. Vai precisar aproximadamente de cerca de 50 profissionais para funcionar, médico, odontólogo, assistente social, enfim, tudo enfermagem, fisioterapeuta, tudo vai ter nessa instituição e vai atender a quem, a região, não só Cajazeiras, você veja importância, agora mesmo nós conseguimos emplacar no orçamento da união uma emenda de bancada, que é uma emenda de bancada, que são recursos que serão inseridos no orçamento da união, conquistada pela bancada da Paraíba pelos três senadores, e doze deputados estaduais, dentro do que é disponibilizado para o estado da Paraíba, que disponibilizará 169 milhões com a emenda de bancada, e nós conseguimos conquistar desses 169 milhões, 25 milhões para dá o ponta pé inicial e fazer a licitação e começa a execução da obra do Hospital Universitário do Sertão, pra quê? Para atender a toda a região, Hospital Universitário do Sertão aqui em Cajazeiras, isso foi uma conquista que teve realmente a soma de todos os prefeitos municipais apoiando a Universidade Federal de Campina Grande nessa ideia, um hospital de um orçamento de 200 milhões de reais, quer dizer uma coisa inédita para nós aqui, por isso a razão fundamental dessa lei.

**Adriana:** Então como o Sr. Enxerga Cajazeiras quando compara com metrópoles como Recife, Rio de Janeiro, metrópoles nacionais e São Paulo que é uma metrópole mundial, já que suas ações refletem no mundo?

**José Aldemir:** São Paulo é onde está o centro econômico do país num é verdade, é o pulmão do país em termos econômicos, São Paulo respira dinheiro toda hora e todo instante porque a produção lá é muito grande. Evidente que levando em conta as proporcionalidades, no estado, entendo, questão administrativa, financeira, social, Cajazeiras talvez seja, é a quinta cidade mais importante da Paraíba. Isso é muito importante para nós dá um destaque muito grande na nossa cidade, mas no cenário

nacional, mas sem dúvida nenhuma você não pode chegar e comparar Cajazeiras com São Paulo em termos econômicos, mas a vocação do povo, a força propulsora do trabalho que é feito por nossos trabalhadores, com efeito, que são extremamente importante, não tem como nega para o desenvolvimento e crescimento da região, mas sem dúvida, não posso comparar a São Paulo que começou bem antes de Cajazeiras. (Adriana: Mas o Sr. Enxerga a representatividade que Cajazeiras tem no estado, nas áreas vizinhas, nos estados do Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte, nessa região nossa de interior de estado, Cajazeiras é uma cidade que abarca em vários setores como educação, saúde...) você sabe qual é população de Cajazeiras hoje 65 mil habitantes,mas a população real é 100 mil habitantes, porque a população flutuante é de 35 mil habitantes cotidianamente, todo dia fluí para Cajazeiras , você sabe quantos acadêmicos tem de outras cidades do estados e de outros estados, muitos, população enorme, tanto para ensino superior como para a educação básica.

**Adriana:** Os quinze municípios apresentavam problemas comuns ou a perspectiva de criação dessa lei era integrá-las para desenvolvê-las, elas uma parte apresentava algum problema em comum?

**José Aldemir:** Lógico é aquilo que acabei de dizer desde início que cada uma tem seus problemas de seu município e sozinho se sente incapaz de resolver,quando você tem a soma a integração, naturalmente que dá força aquele município e voz têm uma ressonância maior, agrega.

**Adriana:** A lei prevê a criação de um Conselho Administrativo quero saber, que este foi criando, se funciona, como e onde?

**José Aldemir:** Não, realmente quero dizer a você que foi muito importante essa sua entrevista até para nos atentar acerca da construção desse Conselho, veja como é importante as coisas acontecerem, por conta disso eu agora vou cobrar naturalmente a constituição desse Conselho no cumprimento da lei, a lei esta vigente, foi discutida, votada, sancionada pelo governo do estado, ela existe de fato e de direito. Veja que as nossas leis são doutrinárias, dão margem para várias interpretações e argumentos, dentre as entrelinhas, dentre os dispositivos que às vezes impossibilitam a execução da lei, quantos dispositivos constitucionais têm na nossa constituição, temos um código penal suscetível de muitas críticas, se for aos Estados Unidos a poucos dispositivos legais. (Adriana: Então o Senhor ver Cajazeiras como uma região de planejamento de maneira a se desenvolver, prosperar, integrar que todos os municípios conseguem ter seu retorno na saúde, educação, nos transportes, com um dispositivo ou outro (um hospital, sede de transportes) que fique em Cajazeiras, mas que venha a atender a toda região de Cajazeiras e estados vizinhos) Sim, claro, na quinta próxima fui convidado para uma reunião as 10:00 hora da MASP pelo Presidente (prefeito de Bom Jesus) e irei levar a lei para discutir a importância de formalizar esse conselho e depois de discutir na MASP, vou levar para o governador João Azevedo, você está de parabéns pelo trabalho e quero lhe pedir uma cópia da lei, que estou sem.



## APÊNDICE B

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIMENTO



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO BASEADO NAS DIRETRIZES CONTIDAS NA RESOLUÇÃO CNS Nº 466/2012, MS e 510/16 - CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

Prezado (a) Senhor (a) Esta pesquisa é sobre A criação e institucionalização da Região Metropolitana de Cajazeiras de acordo com a Lei complementar de Nº 107 de 08 de Junho de 2012, de autoria do então Deputado José Aldemir Meireles de Almeida está sendo desenvolvida por Adriana Silva Souza, graduanda do Curso de Geografia da Universidade Federal de Campina Grande, sob a orientação do Prof. Dr. Santiago Andrade Vasconcelos.

Os objetivos do estudo é compreender os motivos que levaram a criação da Região Metropolitana de Cajazeiras, investigar os problemas comuns entre as municipalidades, de maneira a termos um panorama da Região Metropolitana de Cajazeiras. A finalidade deste trabalho é contribuir para a caracterização da Região Metropolitana de Cajazeiras, bem como de todos os municípios que a compõem, e os possíveis ganhos que Cajazeiras e conseqüentemente a Região Metropolitana tiveram com a criação. Solicitamos a sua colaboração para responder a entrevista, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo no Curso de Geografia do CFP/UFCG sob a forma de monografia, em eventos científicos e publicar em revista científica nacional e/ou internacional.

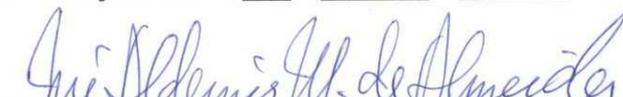
Por ocasião da publicação dos resultados, como o Senhor é nosso único entrevistado, seu nome não poderá ser mantido em sigilo.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador (a). Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano. Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

  
Assinatura do (a) pesquisador(a) responsável

Considerando, que fui informado (a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será minha participação, dos procedimentos e riscos decorrentes deste estudo, declaro o meu consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações). Estou ciente que receberei uma via desse documento.

Cajazeiras - PB, 27 de nov. de 2018

  
Participante: José Aldemir Meireles de Almeida